Sexta-feira, 8 de maio de 2026 I Série — Número 88

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Susana Alexandra Lopes Correia
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi apreciada a Proposta de Resolução n.º 11/XVII/1.ª (GOV) — Aprova para ratificação o Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (Emídio Sousa) e do Ministro dos

Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Pedro Correia (CH), Fabian Figueiredo (BE), Paulo Edson Cunha (PSD), Eva Cruzeiro (PS), Filipe Sousa (JPP), Manuela Tender (CH), Paula Santos (PCP), Angélique Da Teresa (IL), Rui Tavares (L), Aida Carvalho (PS), Paulo Neves (PSD) e Rui Paulo Sousa (CH).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e dos Projetos de Lei n.os 568/XVII/1.ª (PCP) — Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridos em território nacional, 571/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o objetivo de reforçar a coesão territorial e os mecanismos de resposta em situação de calamidade, 575/XVII/1.ª (JPP) — Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de endividamento municipal, gestão da dívida e equilíbrio orçamental, no contexto da tempestade *Kristin*, e 577/XVII/1.ª (L) — Cria o regime de resposta das autarquias locais em situações de calamidade, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Intervieram, a diverso título, além do Ministro da Economia e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), os Deputados Bruno Nunes (CH), Fabian Figueiredo (BE), Marco Claudino (PSD), Alfredo Maia (PCP), Luís Paulo Fernandes (CH), Filipe Sousa (JPP), Filipa Pinto (L), Olga Freire (PSD), Miguel Rangel (IL), André Rijo (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.ª (ALRAA) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (Silvério Regalado), os Deputados Alfredo Maia (PCP), Francisco César (PS), Filipa Pinto (L), Filipe Sousa (JPP), Miguel Rangel (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Carlos Barbosa (CH), Paulo Moniz (PSD) e Patrícia Almeida (CH).

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.os 258/XVII/1.ª (PSD) — Consagra o dia 11 de novembro como o dia nacional das raças autóctones, 479/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que aumente os apoios às fileiras das raças autóctones, 697/XVII/1.ª (L) — Recomenda a inclusão do gado asinino no programa de apoio à redução da carga combustível através do pastoreio, 907/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o dia nacional das raças autóctones. Intervieram, a diverso título, os Deputados Ricardo Oliveira (PSD), Armando Mourisco (PS), Jorge Pinto (L), Ricardo Moreira (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Júlia Rodrigues (PS), Mário Amorim Lopes (IL), João Paulo Graça (CH) e Gonçalo Valente (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 460/XVII/1.ª (PS) — Reforça as competências da Assembleia da República em matéria de defesa nacional e institui a Lei de Programação de Efetivos Militares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1- B/2009, de 7 de julho, à primeira alteração à Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, e à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto, 504/XVII/1.ª (CH) — Cria a reserva voluntária das Forças Armadas, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar), juntamente com os Projetos de Resolução n.os 846/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística, 858/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas, 866/XVII/1.ª (L) — Recomenda a atualização do conceito estratégico de defesa nacional à luz da realidade geopolítica atual. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Luís Dias (PS), Pedro Pessanha (CH), Bruno Vitorino (PSD), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Simões de Melo (CH), Miguel Rangel (IL), Patrícia Gonçalves (L), Filipe Sousa (JPP), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Hernâni Dias (PSD) e Frederico Francisco (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Os Srs. Agentes da autoridade podem abrir as portas para o público poder aceder às galerias.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Pausa.

Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos.
Dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara que está disponível, nos suportes institucionais da Assembleia da República, o conjunto de iniciativas que deram entrada desde a nossa reunião de ontem.

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar na nossa ordem do dia. Cumprimento o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado.
O primeiro ponto da ordem do dia consiste na apreciação da Proposta de Resolução n.º 11/XVII/1.ª (GOV) — Aprova para ratificação o Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023.
Dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para fazer a intervenção inicial.

O Sr. **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas** (Emídio Sousa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023, estabelece o enquadramento jurídico de concessão de equivalência de estudos em Portugal, o ensino básico e o secundário, e no Brasil, ensino fundamental e médio, com o intuito de promover uma adequada integração escolar de nacionais das partes, para efeitos de prosseguimento de estudos dos estabelecimentos de ensino da outra parte.
O acordo em apreço vem concretizar o estipulado no artigo 38.º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, que estabelece que o regime de concessão de equivalências de estudos aos nacionais das partes que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimento de um desses países, para efeito de transferência e de prosseguimento de estudos nos estabelecimentos da outra parte, é definido por um acordo complementar.
A assinatura deste acordo contribui, assim, para o aprofundamento das relações entre Portugal e o Brasil, em matéria de educação não superior. Este é um tema que se afigura particularmente premente, dada a conjuntura dos últimos anos, em que se regista um assinalável crescimento do número de cidadãos brasileiros que procuram Portugal para estudar, podendo ainda oferecer um incentivo para que mais cidadãos portugueses o façam no Brasil.
Este acordo resultou de negociações entre o Ministério da Educação da República Portuguesa e o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com a articulação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua I.P. e do Ministério das Relações Exteriores, do Brasil.
A negociação entre as partes teve início em 2021, com o envio da primeira minuta do acordo por parte do Brasil, tendo Portugal apresentado a sua contraproposta nos meses seguintes. Dada a elevada complexidade de um acordo, um grupo de trabalho binacional foi constituído, para fixar uma versão final do texto, no âmbito da preparação da XIII Cimeira Luso-Brasileira, que decorreu a 22 de abril de 2023. Os dois lados sinalizaram este acordo como um instrumento que poderia vir a ser assinado nessa ocasião, o que acabou por se concretizar.

Já no atual Governo, obtidos os pareceres positivos do Sr. Primeiro-Ministro e do Gabinete do Ministério da Educação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros deu início ao procedimento legislativo, com vista à aprovação interna deste instrumento.

Neste seguimento, na reunião de Conselho de Ministros de 12 de março de 2026, foi aprovado o projeto de proposta de resolução em apreço. Face a quanto precede, entendo que se reveste de relevante oportunidade política para Portugal a aprovação deste acordo, na redação constante da versão assinada pelas partes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem três pedidos de esclarecimento. A Mesa tem indicação de que responde em simultâneo aos três.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio para o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Língua Portuguesa, discutimos, neste Plenário, um acordo para a equivalência de estudos entre Portugal e o Brasil.

Este é mais um instrumento de valorização e de reforço do espaço educativo da língua portuguesa e serve também para definir regras claras para assegurar que o percurso escolar de alunos portugueses e brasileiros não se perde na travessia entre estes dois sistemas educativos, que, embora próximos, não são idênticos.

Este acordo parte do pressuposto de que existem afinidades estruturais entre o sistema de ensino de Portugal e o sistema de ensino brasileiro. Existindo essas afinidades, as mesmas podem e devem traduzir-se em modelos de cooperação e de simplificação administrativa. Não se trata de apagar as diferenças, trata-se, sim, de procurar compatibilizá-las.

Porém, como dizia, estamos a falar de dois sistemas de ensino diferentes, e há que considerar um conjunto de diferenças, desde logo as metas curriculares ou os sistemas de avaliação dos dois países.

As diferenças são várias e são notórias: desde logo, as disciplinas e as matérias que são estudadas; depois, os sistemas de avaliação dos alunos; e, finalmente, as estratégias de recuperação — só para falar em três situações.

Por isso, os alunos portugueses e brasileiros, apesar do ano e da idade equivalentes, estão em circunstâncias muito diferentes. Para o CDS, é muito importante assegurar que a equivalência será verdadeira e exigente entre as frequências de estudo dos dois países.

Por isso, deixo-lhe a pergunta: na regulamentação deste acordo, vai o Governo assegurar que a exigência, o mérito e a verdade académica não serão comprometidos por conveniências administrativas?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, este acordo visa a promoção adequada da integração escolar de alunos portugueses e brasileiros, de modo a prosseguirem os seus estudos em Portugal ou no Brasil.

No regime atual em Portugal, o reconhecimento da equivalência depende da apreciação especialmente das escolas, através da apresentação de documentação, em que o aluno ou o encarregado de educação pode precisar de explicar critérios de avaliação, notas e organização do seu percurso escolar. Porém, agora, com este acordo, basta enquadrar o histórico do aluno nos parâmetros de uma simples tabela comparativa. Srs. Deputados, não é um *PowerPoint* do PS, é uma tabela do PSD. Basta isto. Esta automatização é — pasme-se! — descrita como resposta facilitadora da integração e da vida dos estudantes.

Mais ainda, a embaixada brasileira passou a reconhecer os históricos escolares *online*. Somente em 2025, foram validados mais de 16 000 documentos, tornando-se este um dos serviços mais procurados pelos brasileiros que querem vir para Portugal.

Uma equivalência automatizada, que não analisa o histórico dos alunos, pode levar a que a integração e adaptação aos conteúdos seja comprometida, assim como ao risco de introduzir uma dificuldade acrescida para os professores, no exercício das suas funções letivas.

Por isso, pergunto, Sr. Secretário de Estado: quais as medidas que vão acompanhar este acordo para uma efetiva inclusão e para combater o insucesso escolar que tem marcado o percurso de muitos alunos do Brasil que chegam ao nosso sistema de ensino?

Este acordo prevê também uma comissão técnica bilateral, convocada por via diplomática. Pergunto: como se vai proceder à certificação das aprendizagens no ensino vocacional e no ensino profissional, o que é apontado como competência desta comissão técnica?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado Emídio Sousa, a ratificação deste acordo vai no sentido positivo.

A comunidade brasileira é hoje a maior comunidade imigrante em Portugal, e Portugal também tem uma comunidade bastante relevante no Brasil, sendo mais de 100 000 cidadãos. Portanto, o reconhecimento de habilitações é mutuamente benéfico, facilita a vida a quem vem para Portugal em idade escolar ou para concluir os estudos, e é importante referir que isto beneficia também quem emigra ou está a residir atualmente no Brasil, sendo cidadão português.

A pergunta que eu lhe queria deixar é se não entende o Governo que este acordo devia ser aprofundado, porque Portugal e o Brasil têm, atualmente, universidades e instituições do ensino superior que são mundialmente reconhecidas, e se não devíamos também encontrar um mecanismo que tornasse mais fácil, mais célere, o reconhecimento da habilitação no ensino superior, porque creio que isso seria mutuamente benéfico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para responder.

O Sr. **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**: — Sr. Presidente, queria agradecer as palavras amáveis do Sr. Deputado Paulo Núncio.

Risos da IL.

Naturalmente, nós temos muitas afinidades com o Brasil e, às vezes, existem alguns preconceitos e nós temos de os saber ultrapassar.

A língua portuguesa hoje é já o idioma mais falado no hemisfério sul.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**: — Para o Governo de Portugal, é um grande ativo estratégico e por isso é que estamos a apostar fortemente até na revisão do regime jurídico.

Dizemos que é a língua mais falada no hemisfério sul porque já somos aproximadamente 300 milhões de falantes da língua portuguesa, o que é também um ativo económico. Por isso é que consideramos muito importante este acordo.

Obviamente, há diferenças. O que se traduz no acordo é simples, um conjunto de peritos esteve a negociá-lo e quase só resulta numa equivalência de número de anos de escolaridade de um lado e número de anos de escolaridade do outro.

É verdade que as matérias são muito diferentes. Aquilo que é importante para o Brasil na aprendizagem pode ser aquilo que não é importante para nós e, ao contrário, a mesma coisa. Por isso é que isto não é fácil e será também objeto de regulamentação própria. Aqui é um ponto de partida que visa assegurar esta relação e depois será objeto de regulamentação própria.

Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega, isto não é um *PowerPoint*, é um acordo concreto, com um país irmão com uma história comum, que visa precisamente darmos esses passos que são necessários dar.

A nossa relação com o Brasil é profunda, é longa e temos uma coisa em comum — é evidente que há sempre palavras diferentes que têm significados diferentes —, que é a nossa língua. Já dizia Fernando Pessoa que «a minha pátria é a língua portuguesa», e nós também queremos que ela continue a ser a pátria para os brasileiros.

Obviamente que se levantam algumas questões, como diferenças de aprendizagens. Essa é uma preocupação, naturalmente, que vai ser objeto de regulamentação. Neste acordo não está lá tudo — nem era possível — e tenho a certeza absoluta de que vai haver momentos em que vai ser necessário rever algum aspeto. Mas temos de dar o primeiro passo, e este será esse primeiro passo.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco, agradeço o elogio ao acordo. Penso que ele dignifica ambos os países e aprofunda a nossa relação. Tocou num ponto que considero relevante. Acho que, de facto, este acordo tem de ser aprofundado. Já falou ao nível do ensino superior, nós ainda estamos a falar ao nível do ensino secundário. Esse nível será, provavelmente, objeto de um novo acordo, mas neste momento estamos limitados a secundário e básico.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do PSD.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal e o Brasil partilham uma das mais singulares relações bilaterais do mundo contemporâneo. Nós somos países irmãos.

Temos uma relação que não se esgota na diplomacia nem nos tratados, mas que vive diariamente nas famílias, nas escolas, nas cidades, nas empresas, nas instituições, numa autêntica teia humana que atravessa o Atlântico todos os dias.

É nesse espírito que o PSD apoia a ratificação do Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Lisboa, a 22 de abril de 2023, por ocasião da XIII Cimeira Luso-Brasileira. Este acordo vem concretizar algo que estava prometido há mais de 23 anos, desde o histórico Tratado de Porto Seguro, no ano 2000, aprovado por esta Assembleia e em vigor desde setembro de 2001, e que tardava em materializar-se.

Trata-se de um enquadramento jurídico claro e operacional para o reconhecimento mútuo de habilitações escolares do ensino básico e secundário — não um *Powerpoint* — entre os dois países.

A assinatura deste acordo é uma questão de justiça para com centenas de milhares de famílias que vivem entre os dois países e que fazem percursos de vida que não cabem dentro de uma única fronteira.

O acordo aplica-se a todos os pedidos de reconhecimento de habilitações do ensino fundamental e básico e do ensino médio e secundário, independentemente da data de emissão do título ou certificado, o que significa que não deixa ninguém para trás por questões de calendário.

Faz isso através de uma tabela comparativa que equipara, de forma rigorosa e objetiva, 12 anos de escolaridade entre os dois sistemas, com base no número de anos concluídos com aproveitamento e na natureza da formação. Garante-se, assim, uma uniformidade de critérios em todo o território nacional, pondo fim à discricionariedade que, até agora, caracterizava muitos destes processos. Importa salientar que a comunidade brasileira é hoje a maior comunidade estrangeira residente no nosso País, ultrapassando os 300 000 cidadãos registados.

As nossas escolas têm hoje alunos brasileiros em número expressivo, em praticamente todos os concelhos do País. Do outro lado do Atlântico, a diáspora portuguesa no Brasil com décadas de história, enraizada em São Paulo, Rio de Janeiro e no sul do país, enfrenta desafios simétricos quando os seus filhos regressarem a Portugal.

Para garantir que este instrumento não envelhece, o acordo cria uma comissão técnica bilateral, composta paritariamente por especialistas dos dois Governos, com mandato para acompanhar a evolução dos sistemas educativos e resolver controvérsias na aplicação do acordo. Este não é um instrumento estático, é um mecanismo vivo, pensado para durar e para se adaptar.

Há ainda uma dimensão que merece ser sublinhada: a língua portuguesa. Portugal e o Brasil partilham o português. A escola é o lugar por excelência onde essa partilha se aprofunda ou onde se perde. Facilitar a integração na escola dos alunos que chegam com a mesma língua, mas com um sistema educativo diferente, é também um investimento na coesão da comunidade lusófona, é reconhecer que a língua comum cria responsabilidades comuns.

Em Portugal, o Governo português e o PSD são grandes entusiastas do mundo lusófono e de organizações como a CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que defendem, e bem, a integração no mundo lusófono.

O PSD tem defendido, de forma consistente, que a política externa portuguesa deve ser orientada por uma combinação de valores, de interesses e de identidade. A relação com o Brasil encarna os três.

Ratificar este acordo é honrar o compromisso, não apenas no plano diplomático, mas no plano concreto e quotidiano da vida das pessoas, da vida dos portugueses e dos brasileiros e das nossas respetivas comunidades.

O Grupo Parlamentar do PSD votará, assim, favoravelmente esta proposta de resolução, tendo em conta o bem-estar das crianças e jovens que crescem entre os dois países.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Eva Cruzeiro, do Partido Socialista, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Eva Cruzeiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados: Hoje debatemos a ratificação de um acordo entre Portugal e Brasil sobre a equivalência de estudos do ensino básico e secundário, um passo dado pelo Governo do Partido Socialista em 2023.

Falamos de dois países ligados por uma história comum, por uma língua partilhada e por comunidades profundamente interligadas. Falamos, hoje, da maior comunidade estrangeira residente em Portugal, a comunidade brasileira, que contribui diariamente para a nossa economia, para as nossas escolas, universidades, hospitais, empresas, cultura e vida social. Mas também falamos da nossa diáspora portuguesa no Brasil, uma das maiores comunidades portuguesas no estrangeiro, onde milhares de portugueses e lusodescendentes continuam a celebrar tradições, costumes e uma forte ligação afetiva a Portugal.

Por isso, este acordo pode ter um impacto real na vida de milhares de pessoas em Portugal e no Brasil: facilita a integração escolar, reduz obstáculos burocráticos e garante maior continuidade educativa a estudantes que vivem entre os dois países.

Este foi um passo positivo dado pelo Governo do PS, que deve, na nossa opinião, ser agora aprofundado pelo atual Governo da AD (Aliança Democrática), porque hoje avançamos com a consolidação das equivalências no ensino básico e secundário, mas também podemos começar a pensar e a debater estas matérias a nível do ensino superior.

Ratificar este acordo é muito importante, mas defendemos que este não pode ser um ponto de chegada, tem de ser um ponto de partida para uma cooperação mais ambiciosa, mais moderna e mais ajustada ao contexto humano que une os dois países.

Por isso, o Partido Socialista votará favoravelmente, porque investir na mobilidade educativa é afirmar que aproximar pessoas através da educação transforma sociedades e une povos.

Aplausos do PS.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia cuidado nas conversas bilaterais que, em conjunto, tornam difícil ouvir o orador. Não o referi antes para não interromper a intervenção, mas estava com dificuldades em poder compreender bem o que estava a ser dito. Por isso, pedia atenção aos Srs. Deputados.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos hoje a discutir uma proposta que, à primeira vista, parece técnica, mas, na verdade, tem um impacto muito concreto na vida de milhares de jovens e famílias.

Falamos de alunos que chegam ao nosso País, muitos deles às regiões autónomas, e que enfrentam barreiras administrativas que atrasam o seu percurso escolar. Falamos de talento que existe e que, muitas vezes, fica preso na burocracia.

Este acordo é, por isso, um passo positivo, porque simplifica, aproxima e reconhece percursos, e isso é muito importante. Mas não podemos ficar apenas no papel, porque a realidade no terreno continua a mostrar atrasos, falta de resposta e desigualdade no tratamento destes processos.

O que estamos a exigir ao Governo não é apenas que assine acordos, é que os faça funcionar, que garanta rapidez, clareza, justiça para todos os estudantes, porque integrar não é só aceitar, é dar condições para que cada jovem possa seguir o seu caminho, sem obstáculos. E, na verdade, é isso que hoje estamos aqui a discutir.

Aplausos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, também para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Manuela Tender, do Chega.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: O Governo traz hoje a esta Câmara a proposta de aprovação e ratificação do Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a concessão de equivalências de estudos no Brasil, ensino fundamental e médio, e em Portugal, ensino básico e secundário.

Este acordo complementar concretiza o estipulado no artigo 38.º do Tratado, como já foi referido, estabelecendo o enquadramento jurídico da concessão de equivalências de estudos entre os dois países ao nível do ensino não superior, visando a promoção de uma adequada integração escolar.

O Chega acompanha a preocupação com a rápida integração dos alunos no sistema educativo do país que os acolhe e defende a desburocratização e organização célere, eficaz e rigorosa dos processos de transferência de alunos entre estabelecimentos de ensino dos países contratantes, matéria de particular relevo nos níveis de ensino a que se reporta este acordo.

Conhecemos e valorizamos os laços de amizade e cooperação com um dos nossos países irmãos, que integra a grande comunidade de países de língua portuguesa e que é hoje a maior comunidade imigrante em Portugal.

Muitos cidadãos brasileiros vêm acompanhados de filhos menores e este acordo agiliza os processos de transferência e o reconhecimento de habilitações escolares, permitindo uma mais rápida integração na escolaridade obrigatória. O mesmo se aplica aos portugueses no Brasil.

O passo que se dá é importante, mas concessão de equivalências e matrícula não garantem a integração plena dos alunos no sistema educativo.

A proximidade linguística e o facto de partilharmos a mesma língua criam a ilusão de que a integração é automática, mas não é assim. As variedades linguísticas do português de Portugal e do Brasil têm particularidades fonéticas, sintáticas, lexicais e semânticas que não se adquirem de forma automática.

A verdadeira integração não é a matrícula, é o reforço da componente curricular onde ele é necessário, nomeadamente na dimensão linguística, histórica e cultural, a disponibilização de apoios educativos e de mediação cultural e social, a intervenção precoce nas necessidades educativas, proporcionando condições efetivas de inclusão, acesso e sucesso.

Os alunos oriundos do Brasil e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) são os que apresentam o maior índice de reprovações e de insucesso no nosso sistema educativo.

É preciso identificar o que está a falhar e assegurar medidas de apoio à integração. É isso que o acordo não garante. Cabe aos Governos das partes fazer esse caminho, em nome da proteção dos direitos de todas as crianças e jovens.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP considera que são importantes as relações bilaterais entre Portugal e o Brasil, relações que são pautadas pela amizade e pela cooperação.

Consideramos, também, que há espaço, há caminho para aprofundar estas relações no plano diplomático, político, económico, cultural e educacional.

Posto isto, queremos, nesta nossa intervenção, referir que consideramos que é um passo positivo a discussão e o estabelecimento deste acordo entre Portugal e o Brasil para o reconhecimento das equivalências de estudos, que terão impacto quer nos estudantes brasileiros em Portugal, quer nos estudantes portugueses no Brasil. Estamos a falar de uma relação que consideramos de reciprocidade e que, naturalmente, não poderia ser de outra forma.

Consideramos o estabelecimento deste acordo, com os procedimentos que estão previstos na regulamentação, sendo que o reconhecimento das habilitações remove, de facto, obstáculos existentes. A criação desta tabela de comparação permite, de facto, assegurar essa equivalência entre estudos, permitindo aos estudantes — que vão quer do Brasil para Portugal quer de Portugal para o Brasil —, de forma mais célere, a sua integração nos respetivos sistemas de ensino.

E isto não é uma questão de somenos. Entendemos que este é um passo para a integração desses estudantes; uma integração não só no sistema educativo, mas que, mais do que isso, constitui um passo para a integração — e assim deve ser! — quer no país que os acolheu, quer também nessa nova cultura.

Todavia, esta integração exige muito mais, e era este aspeto que queríamos salientar, porque sabemos que no nosso País, na escola pública, faltam meios e recursos para a integração dos estudantes estrangeiros. E é preciso que haja uma resposta da parte do Governo para uma integração efetiva, que garanta o desenvolvimento, a aquisição de conhecimento, a sua aprendizagem. Isto exige, como referi, mais professores; exige mais psicólogos, exige terapeutas, exige mediadores, exige auxiliares de ação educativa, pelo que é preciso que haja esta resposta efetiva por parte do Governo.

Sabemos que esta integração é condição para a conclusão da escolaridade obrigatória desses estudantes, mas também é condição para que estes estudantes estejam mais bem preparados para o futuro. É a isto que o Governo tem de dar resposta na escola pública no nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados: Esta proposta de equivalência entre o Brasil e Portugal sobre o ensino básico e secundário permite uma maior integração escolar de alunos portugueses e brasileiros para que continuem o seu percurso escolar.

É um acordo bilateral, por isso, para além da comunidade brasileira, que é a maior comunidade estrangeira que temos, também será importante para os nossos emigrantes. São mais de 700 000 as pessoas de origem ou com nacionalidade portuguesa no Brasil.

Este acordo terá um impacto positivo na diáspora já que vai trazer mais previsibilidade às escolas, às famílias e aos alunos. Portanto, é verdade que não adianta termos discursos comemorativos sobre as nossas comunidades se depois não materializarmos esta aproximação. Até porque é por causa da nossa história, da nossa presença por esse mundo fora, das escolas portuguesas no estrangeiro, dos nossos emigrantes e dos nossos lusodescendentes, que a língua portuguesa, celebrada esta semana, é, por si só, uma potência cultural e económica. É uma das mais faladas do mundo — com cerca de 300 milhões de falantes — e está em crescimento. O português é uma língua global e um passaporte de sucesso em todos os continentes.

Saudamos esta iniciativa e outras semelhantes que só vêm reforçar a emergência de tornar o português numa das línguas oficiais da ONU (Organização das Nações Unidas), a par de outras. Está a ser feito um esforço conjunto da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) para que isto aconteça até 2030, mas a ONU deveria abrir os olhos à evidência e acelerar este prazo.

Vozes da IL e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Não deveria ser necessário fazer esforços para implementar aquilo que é óbvio e que peca por não ser já uma realidade.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Foi o Livre que pediu para que este ponto na agenda tivesse tempo para debate, não porque discordássemos da proposta do Governo — nós apoiamos a proposta do Governo —, mas porque queríamos que este debate acontecesse, pois é muito importante que a Assembleia da República tenha bem ciente a importância do aprofundar de relações com o Brasil e com todos os países de língua portuguesa, mas muito em particular com o Brasil, para o futuro do nosso próprio País.

Também porque queríamos aproveitar esta oportunidade para dizer o que vários grupos políticos aqui disseram: que é preciso ir mais longe e em vários domínios. É preciso estarmos bem cientes de uma coisa. Neste momento, embora o enquadramento legal seja teoricamente o mesmo, na verdade, um estudante que venha do ensino secundário da Moldova ou da Turquia tem vantagens — por causa de todos os instrumentos jurídicos que existem no quadro do Conselho da Europa e na aproximação à União Europeia, o processo de Bolonha e por aí fora —, do ponto de vista administrativo, em relação a um estudante brasileiro que queira estudar em Portugal, e, depois, evidentemente, reciprocamente, isso também prejudica os estudantes portugueses.

Quando dizemos que é preciso ir mais longe, é porque é preciso fazer este acompanhamento ao nível técnico, mas é preciso, também, termos horizontes para maior aproximação no ensino profissional, no ensino artístico, no ensino universitário, na investigação.

Não tenhamos dúvidas: não é apenas para a comunidade imigrante brasileira cá e emigrante portuguesa lá, é para todos os profissionais que queiram fazer de Portugal aquilo que podemos almejar ser — uma verdadeira plataforma de serviços de elite euro-atlântica, para quem, evidentemente, é muito diferente ter uma experiência no Brasil ou não ter. No quadro da União Europeia, um estudante português que tenha estudado no Brasil não é apenas mais um oriundo de um Estado-Membro com uma língua falada por 10 milhões de pessoas, é muito mais do que isso.

Por isso, felicito o Sr. Secretário de Estado Emídio Sousa por há bocadinho ter corrigido a voz do preconceito que, em surdina, quando falava da língua portuguesa, dizia «brasileiro».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É de umas vistas curtas que só se explicam... Enfim, historicamente tivemos vários momentos desses, de preconceito português antibrasileiro, que prejudicaram, em primeiro lugar, Portugal. Aqueles senhores que estão retratados na luneta, ali em cima, na altura, negociaram uma Constituição para os dois países, mas como não quiseram que houvesse dois Parlamentos — um aqui, outro no Rio de Janeiro —, acabou por haver dois à mesma, mas de dois países separados. É também por isso que quando se diz que Portugal e Brasil são países irmãos, é preciso ter a consciência da responsabilidade que isso significa. É não tratar mal a família quando ela vem à nossa casa.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É não usar este Parlamento para, em desprestígio desta Casa, do País e das nossas instituições, insultar um presidente do Brasil apenas porque não se gosta da sua cor política.

Aplausos do L.

Risos do CH.

Ontem aplaudimos aqui o Presidente do Parlamento da Ucrânia. Quem não o quis aplaudir, não veio, elegantemente, a este Hemiciclo.

Vozes do CH e do CDS-PP: — Mal, mal!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não veio ao Hemiciclo para o insultar, não veio ao Hemiciclo para envergonhar a Assembleia da República.

Não se pense nunca que o preconceito, a caricatura e o acicatar de ânimos nos saem de borla. Prejudicam-nos, e muito. E prejudicam o futuro deste Portugal e das suas relações com o país que é mais importante para ele.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Deputados para não se afastarem do tema.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já é a segunda vez!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista enaltece a ratificação do Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federal do Brasil na reciprocidade de concessão de equivalência de estudo entre o ensino fundamental e médio no Brasil e o ensino básico e secundário em Portugal.

Este acordo representa um marco fundamental na cooperação bilateral luso-brasileira, estabelecendo um enquadramento jurídico claro para o reconhecimento mútuo de níveis de escolaridade. Num contexto de crescentes fluxos migratórios, este instrumento elimina barreiras administrativas desnecessárias, promovendo a continuidade curricular sem interrupções traumáticas.

O Partido Socialista tem historicamente defendido esta aproximação, alinhada com os princípios constitucionais portugueses de promoção da língua portuguesa no mundo e de cooperação internacional solidária, reconhecendo na diáspora luso-brasileira um ativo estratégico para o futuro comum.

Os impactos práticos deste acordo são profundos e multidimensionais. Para as famílias que procuram Portugal — atraídas pela qualidade do nosso sistema educativo, pela proximidade linguística e cultural, e pelas oportunidades laborais —, a equivalência automática ou simplificada dos níveis fundamental/médio e básico/secundário significa uma transação sem perdas de currículo, evitando o risco de repetições desnecessárias de ciclos e reduzindo taxas de abandono escolar. Inversamente, o acordo incentiva mais alunos portugueses a prosseguirem estudos no Brasil, um país de imenso potencial educativo e cultural.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o PS exalta a educação como ponte de coesão ibero-americana, como um ato de visão estratégica e humanista, consolidando assim os laços de irmandade entre Portugal e Brasil.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves, do PSD.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Em jeito de balanço, o Sr. Presidente do Partido Social Democrata faz questão de sublinhar a importância deste tratado entre Portugal e o Brasil.

É um bom tratado para Portugal, é um bom tratado para o Brasil, para os brasileiros que estão cá e para os portugueses que estão no Brasil. É também um bom tratado para a língua portuguesa e para a sua defesa nos dois países. É um bom tratado e um bom exemplo para o mundo lusófono. É também um bom tratado para a CPLP, uma organização que a diplomacia portuguesa muito valoriza.

Fica também aqui registado, Sr. Secretário de Estado, na regulamentação deste tratado, a exigência na sua aplicação. Várias foram as intervenções aqui feitas chamando exatamente a atenção para esse ponto, que também o PSD acompanha. O tratado é muito positivo, mas temos de ser, naturalmente, muito exigentes na sua regulamentação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Por transferência de tempo do CDS para o Chega, o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa tem 41 segundos para uma intervenção.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, não podia deixar de responder à intervenção que há pouco o Sr. Rui Tavares fez, a insinuar que este Grupo Parlamentar é contra qualquer conexão ao Brasil, visto que estamos a falar de uma ligação de Portugal ao Brasil. Portanto, penso que está dentro do tema atual, e dentro do mesmo tema do Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Não, mas eu fiz uma advertência para não fugir ao tema.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — E eu não vou fugir do tema.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a falar sobre a língua portuguesa.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — É verdade, e eu estou…

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Deputado entender que há…

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, eu entendo.

O Sr. **Presidente**: — Se entender que houve alguma ofensa à honra, tem a figura da ofensa à honra para poder usar.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Eu entendo, mas eu apenas estou, em língua portuguesa, a defender que o nosso grupo está de acordo, obviamente, com a ligação de Portugal ao Brasil — hoje e sempre. Nunca poderá é estar de acordo com bandidos e ladrões,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não desvie a atenção.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — … seja em que circunstância for.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não se deve fugir ao tema, porque já sabemos…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo e contraprotestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

Pausa.

O Sr. Deputado Rui Tavares pediu a palavra para uma intervenção. Ainda tem tempo. Pedia-lhe para se circunscrever ao tema, porque senão também terei de fazer a respetiva referência.

Pausa.

Ocorreu uma transferência de tempo do PS para o Livre, pelo que o Sr. Deputado Rui Tavares dispõe ainda de 49 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Toda a gente sabe qual é que é o tema. O tema tem a ver com o futuro de Portugal e a importância das relações, em particular com o maior país de língua portuguesa. Não o único, na verdade, trata-se de ter boas relações com todos os países que falam a nossa língua. E o tema tem a ver com o prestígio de Portugal nesse quadro das relações internacionais, que passa, muito em particular, pelos órgãos de soberania como esta Assembleia da República.

Eu acho que toda a gente sabe o que aqui aconteceu, o que acontece do outro lado da rua, e que é também um ataque direto a dois países da CPLP. Eu não preciso de dizer mais, porque toda a gente sabe do que estamos a falar. Aqueles que respondem à intervenção que fiz percebem perfeitamente que podem dizer-se patriotas, mas quando, ao mesmo tempo, concorrem contra o interesse de Portugal nas relações com os países que mais nos dizem respeito estão a fazer tudo menos serem patriotas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Entretanto, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, que dispõe de 9 segundos.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, queremos deixar bem claro que este Grupo Parlamentar defenderá sempre Portugal em primeiro lugar, em qualquer circunstância, independentemente de qual seja o país — Angola, o Brasil, seja qual país for —, ao contrário de outros membros deste Parlamento, que estão sempre de acordo com ditaduras e terroristas, seja onde for.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O PCP transfere 2 segundos para o Livre.

Risos do CH.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 2 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, 2 segundos bastam para dizer aquilo que toda a gente sabe.

Deixemo-nos de hipocrisias. Não se defendem os interesses de Portugal insultando e prejudicando as relações de Portugal com os países que são mais importantes para eles.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Primeiro estão os nossos interesses!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Quem o fez sabe muito bem que o fez. Por isso, deveria ter vergonha de o ter feito e pedir desculpa a Portugal e ao Brasil.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Comunidades, para uma intervenção.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, vamos manter a serenidade.

Burburinho na Sala.

Sr. Secretário de Estado, faça favor. Se começar a falar, estou convencido de que… E descontarei no tempo, se não conseguir.

O Sr. **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**: — Sr. Presidente, é só para registar o meu agrado pela unanimidade neste acordo. Partilhamos todos da preocupação de uma adequada integração, que não passa apenas pelo processo educativo formal das escolas. Passa por muito mais.

Queria dar esta nota de que nós, portugueses, somos mesmo uma Nação global. Estamos em 178 países.

O Brasil é um país com 27 Estados. Tem uma relação histórica fraterna connosco que é importantíssimo respeitar e penso que demos um passo muito importante nesse respeito mútuo.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para encerrar o debate, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 2 minutos e 2 segundos.

O Sr. **Ministro do Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente: Na esteira do que foi aqui afirmado pelo Sr. Secretário de Estado Emídio Sousa, e reforçando o que já foi dito neste debate, penso que pela Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, esta é a semana em que celebramos o Dia Mundial da Língua Portuguesa, isto é, a forma como comunicamos, como falamos e como escrevemos, o modo como interagimos com o mundo.

Do outro lado do mundo, encontramos o Brasil, a expressão distinta da língua portuguesa que reforça a vitalidade e o futuro desta nossa língua comum. Esta história partilhada, o nosso relacionamento diplomático e as nossas diásporas todos os dias continuam a promover o aprofundamento das nossas relações.

Por isso também, considerando que mais de metade dos alunos estrangeiros que frequentam a escolaridade obrigatória em Portugal são brasileiros, temos a necessidade de rever o enquadramento legislativo das equivalências escolares entre Portugal e o Brasil, em especial no ensino básico e secundário, ciclo fundamental para o acesso ao ensino superior.

O objetivo central é garantir que cada aluno é integrado num percurso com continuidade pedagógica, reconhecimento do trabalho já realizado e plena integração escolar.

A flexibilidade é importante neste domínio. É importante porque tem de ser acompanhada de garantias de qualidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É importante porque têm de continuar a existir provas e exames nacionais como elemento-chave para a certificação dos alunos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso, exigência!

O Sr. **Ministro do Assuntos Parlamentares**: — … para a validação dos seus percursos escolares, para a confiança pública no sistema e, acima de tudo, para garantir e assegurar a transmissão do conhecimento, para garantir também a integração das comunidades brasileiras em Portugal e para garantir o acesso ao mercado de trabalho.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro do Assuntos Parlamentares**: — Meus senhores, este não é um tratado entre o Sr. António ou o Sr. Luís e um senhor qualquer da república do Brasil; é um tratado entre dois Estados…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Antes de entrar no segundo ponto da ordem do dia, e enquanto fazemos aqui a mobilidade ministerial, ou governamental, anuncio à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Idães, Felgueiras; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Mira; alunos e professores da Escola Secundária de Peniche; cidadãos da Junta de Freguesia de São Pedro Fins, Maia; alunos e professores da Escola Secundária D. Filipa de Lencastre, Lisboa; autarcas e cidadãos do município de São João da Pesqueira; alunos e professores da Escola Básica de Penafiel Sul; cidadãos da Confraria Gastronómica da Gândara; alunos e professores da Escola Secundária Inês de Castro; 20 cidadãos do Algarve; alunos e professores do Externato «O Beiral», Lisboa; alunos e professores da Escola Básica e Secundária Passos Manuel; alunos e professores da Escola Básica José Maria dos Santos, Pinhal Novo; também das juntas de freguesia de Covelas, Trofa, de Portimão e de Monchique, que estão a assistir aos trabalhos nas diversas galerias.

Aplausos gerais, com Deputados do CH de pé.

Vamos ter de verificar se vamos continuar a ler, porque qualquer dia são duas páginas A4!

Risos.

O segundo ponto da ordem do dia consiste no debate da Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, juntamente com os Projetos de Lei n.os 568/XVII/1.ª (PCP) — Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridos em território nacional, 571/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o objetivo de reforçar a coesão territorial e os mecanismos de resposta em situação de calamidade, 575/XVII/1.ª (JPP) — Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de endividamento municipal, gestão da dívida e equilíbrio orçamental, no contexto da tempestade Kristin e 577/XVII/1.ª (L) — Cria o regime de resposta das autarquias locais em situações de calamidade, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Economia, para a primeira intervenção.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial** (Manuel Castro Almeida): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na sequência da tempestade Kristin, muitas pessoas perderam as suas casas, serviços essenciais foram interrompidos, infraestruturas públicas e privadas foram destruídas e o tecido económico e social foi dramaticamente fragilizado. As autarquias locais, na linha da frente da resposta, viram-se confrontadas com necessidades de despesa extraordinária, imediata e inadiável, necessidades para as quais o regime financeiro atualmente em vigor não foi desenhado.

Ciente destas necessidades, o Governo transferiu, mediante requerimento dos municípios, um duodécimo de antecipação do que receberiam do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Social Municipal para fazer face às despesas maiores — 16 municípios e 23 freguesias usaram essa faculdade. Além disso, o Governo antecipou pagamentos aos municípios no valor de 75 milhões de euros a título de adiantamento da comparticipação que vier a ser atribuída para a recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais.

Não há dúvida de que o esforço financeiro principal para a recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais está a cargo das autarquias locais, diretamente ou através das companhias de seguros. Mas esse esforço não dispensa uma comparticipação do Estado central.

O que propomos hoje é um regime excecional e temporário que dá às autarquias a flexibilidade indispensável para agir com rapidez, responsabilidade e maior eficácia. É por isso que esta proposta de lei é necessária e é por isso que ela se impõe.

Sublinho alguns pontos essenciais.

Primeiro, a proposta permite que, até 31 de agosto de 2026, as câmaras municipais possam recorrer a empréstimos de curto prazo, sem autorização prévia das assembleias municipais, garantindo-se, contudo, a sua ratificação posterior.

Segundo, os municípios e entidades intermunicipais passam a ver reconhecidas como legítimas as despesas efetuadas em apoio das populações de outro concelho que não o próprio. O que aconteceu no terreno foi um hino à solidariedade entre municípios.

Terceiro, as despesas e perdas de receita diretamente associadas à calamidade deixam de penalizar artificialmente o equilíbrio das contas municipais.

Quarto, para acelerar intervenções urgentes, pode ser aprovada uma revisão orçamental pelo presidente do órgão executivo, com posterior ratificação pelos órgãos próprios.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta de lei garante que, perante uma situação excecional, o Estado, em todas as suas dimensões, responde de forma igualmente excecional.

A tempestade Kristin e os episódios que se lhe seguiram mostraram-nos a importância de agir rapidamente. As autarquias foram, como sempre, o primeiro rosto do Estado junto das populações. Cabe-nos agora dotá-las dos instrumentos necessários para que os autarcas não fiquem legalmente desprotegidos nas decisões que circunstâncias tão anormais os obrigaram a tomar. A aprovação desta lei pelo Parlamento será um sinal de confiança no poder local.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem três pedidos de esclarecimento.

O primeiro é do Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, «casa roubada, trancas à porta». Nós continuamos a tomar paliativos para tentar resolver um problema. Vejamos.

No nosso entendimento, achamos que, de facto, devem existir, em circunstâncias excecionais, medidas excecionais. Mas não podemos continuar a puxar a manta e a tentar resolver as circunstâncias com o princípio que existe aqui, que é praticamente uma violação, inclusive, da autonomia do poder local, quando VV. Ex.as atribuem a um órgão, que é o presidente de câmara, a prerrogativa de poder decidir sem a decisão de um órgão, também ele representativo, que é a própria câmara municipal.

Mais grave do que isso, retira a legitimidade de um princípio fundamental de fiscalização, que é o da assembleia municipal, e faz um atropelo a uma série de normas que irá, em última circunstância, determinar que aquilo que consideramos é que, para além de despejar dinheiro para cima dos problemas, existem outras mecânicas e formas de organização. Porque o problema nem sempre é financeiro, mas sim, por exemplo, do código da contratação pública, que limita claramente a ação dos presidentes de câmara, que limita claramente a ação da câmara municipal e que acaba por estar preso à necessidade de uma série de pareceres de uma série de organismos.

Era bom que existisse uma conversa com o Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado para entendermos porque é que tantas vezes é o próprio Estado que cria entropias ao poder central e ao poder local para poder agilizar os processos. Chegamos a uma altura em que é tanta a burocracia, em que é tanto o procedimento, que isso, sim, tem de ser simplificado.

Por isso, Sr. Ministro, consideramos que, tal como insisti no Programa do Governo, é urgente fazer uma revisão séria, estruturada, à Lei n.º 73/2013. É importante rever a Lei n.º 75/2013. É importante entendermos o que aconteceu com a descentralização de competências na Lei n.º 50/2018.

São tantas as leis avulsas, são tantos os despachos, os decretos, as portarias, Sr. Ministro, que deixo-lhe o desafio: considera ou não que deveríamos, de uma vez por todas, avançar com um código autárquico sério, de

forma a fazer a revisão para que os presidentes de câmara não sejam vistos como uma parte menor nas autarquias?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o Governo falhou na prevenção e na resposta imediata à tempestade Kristin.

Depois, em fevereiro, através do Primeiro-Ministro, prometeu um pagamento célere e desburocratizado como nunca antes se viu em Portugal. Colocou, inclusive, na portaria que pagaria os apoios em 15 dias.

Em março, o Sr. Ministro veio reconhecer que não estava a correr bem.

Recentemente o Sr. Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) veio dizer que pagariam até 30 de junho.

Sr. Ministro, podemos concluir o seguinte: se tivessem colocado na portaria que iriam pagar a 150 dias, estaria mais próximo da realidade do que os 15 dias inicialmente prometidos.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Ministro, o que é que está a falhar e quando é que vai finalmente fazer chegar o dinheiro às autarquias e às pessoas que perderam as casas na sequência do comboio de tempestades.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a estes dois pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, eu queria dizer ao Sr. Deputado Bruno Nunes que a sugestão que está a dar já foi acolhida num decreto-lei aprovado pelo Governo, e que está em vigor, que ditou regras especiais sobre a contratação pública nas autarquias locais quando estejam em causa medidas especiais dirigidas ao combate aos problemas suscitados pela tempestade.

Do que estamos hoje a tratar é de afastar um conjunto de impedimentos burocráticos, de natureza financeira, para permitir que os autarcas possam decidir na hora. Temos também de ratificar coisas que já fizeram, a bem das populações. Havia decisões que precisavam de ser tomadas no próprio dia, na própria hora — não podia o autarca voltar para a câmara e reunir os órgãos autárquicos para fazer uma alteração ou uma revisão orçamental para poder tomar as decisões que se impunham com toda a urgência. Muitas vezes, eram decisões emergentes.

Sr. Deputado, temos de dar condições aos autarcas para eles exercerem bem a sua missão. Há regras gerais e há regras especiais. E igualdade é tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual. Nestas circunstâncias, impõem-se regras especiais.

Quanto ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, gostava de lhe dizer o seguinte: o Governo foi, efetivamente, muitíssimo expedito a organizar o sistema de resposta às populações. Tanto assim foi que, 15 dias depois das tempestades, já havia pessoas a receber dinheiro. Portanto, o processo foi montado muito rapidamente. É verdade que, hoje, ainda há pessoas à espera do dinheiro, mas depende muito de câmara para câmara.

Quero dizer ao Sr. Deputado que gostava aqui de saudar, de agradecer e de enaltecer o esforço que muitas autarquias estão a fazer, designadamente as autarquias de Ourém ou de Ferreira do Zêzere, que já decidiram milhares de processos, que têm os seus processos muitíssimo avançados. Gostaria de saudar também os municípios da Lourinhã, da Golegã e do Sobral de Monte Agraço, que já têm os processos todos resolvidos.

Estes são os bons casos, mas há outros que não correm tão bem. Temos de compreender as dificuldades dos municípios, mas aproveito aqui hoje para saudar aqueles que tiveram um empenho particular e que apresentam excelentes resultados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Claudino, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, creio que o tempo que já passou entre o comboio de tempestades que todos vivemos e a data atual demonstra à saciedade que o Governo esteve bem na sua generalidade. Basta comparar as intervenções que hoje ouvimos com aquelas que,

no imediato, logo a seguir às tempestades, se ouviram nesta Casa, para perceber como baixou o tom, como baixou a crítica, como baixou aquele afã contra o Governo,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… porque, de facto, as coisas correram bem, dentro daquilo que foi mau, que foi, naturalmente, as intempéries.

Não há memória de um comboio de tempestades com a magnitude daquele que sofremos. Aquilo que o Governo fez, de forma articulada, como já foi aqui dito, com as autarquias locais, com a CCDR, com todas as entidades e forças de segurança, foi um trabalho articulado e rápido.

Portanto, a primeira pergunta que lhe faço, Sr. Ministro, é a de saber se há memória de algum evento similar a este ter tido, da parte do Governo, da parte de qualquer Governo, uma resposta tão célere e uma robustez financeira tão grande como as que foram dadas por este Governo. Era esta a pergunta que lhe fazia, Sr. Ministro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Já estão a erguer uma estátua a Luís Montenegro!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Ministro, este diploma é naturalmente muito importante e vem também demonstrar à saciedade aquela que é uma marca deste Governo: flexibilidade, confiança, responsabilidade, desburocratização — e aqueles que clamam por desburocratização têm de estar de acordo com este diploma. Mas o Sr. Ministro também é, permita-me que lhe diga, Ministro da Economia, por isso, queria perguntar-lhe, também nessa pele de Ministro da Economia, quais foram os apoios dados às empresas para elas se manterem a laborar, designadamente no apoio ao emprego, nas isenções da TSU (taxa social única) e no que tem sido dado pelo Banco Português de Fomento.

Creio que é importante darmos uma resposta às autarquias locais, às famílias e às empresas.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, se quiser ouvir a resposta, o Sr. Ministro vai dá-la a seguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Chamada à terra, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra, para responder. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marco Claudino, obrigado.

A resposta à sua pergunta é: tanto quanto me lembro, nunca o Estado disponibilizou apoios efetivos tão rapidamente como desta vez. Não tenho memória de que isso tenha acontecido e não acho fácil que volte a acontecer.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Está com a memória muito má! Curta e má!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Em segundo lugar, gostava de lhe dizer que, além dos apoios à reconstrução de casas, a isenção de pagamento à segurança social beneficiou 97 000 trabalhadores e 9000 empregadores. É um número relevante. O *layoff* simplificado beneficiou 5470 trabalhadores.

No que respeita às empresas, Sr. Deputado, há 7700 empresas que já têm dinheiro na sua conta, da linha de crédito que foi criada e que está a ser gerida pelo Banco Português de Fomento, no valor de 1520 milhões de euros. É, por isso, um apoio relevante, porque consideramos muito importante a manutenção do emprego. O emprego é o melhor apoio social que se pode dar aos trabalhadores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina este ponto da nossa ordem de trabalhos e vamos passar para o terceiro ponto da nossa ordem do dia…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Então?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Espere lá, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa. Estou como o *Lucky Luke*, mais rápido que a própria sombra!

Ainda neste ponto, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O facto de só agora, mais de três meses após as intempéries, estarmos a discutir medidas excecionais, no âmbito das autarquias locais, confirma a justeza das críticas do PCP às respostas tardias, descoordenadas e insuficientes do Governo.

A realidade e os problemas que se acumulam e ainda não estão resolvidos mostram o resultado da constante ofensiva política de direita contra os serviços públicos. Estão à vista os efeitos do subfinanciamento das autarquias, da transferência de responsabilidades, sem os devidos recursos, dos obstáculos ao funcionamento dos serviços da administração local, traduzidos na redução da sua capacidade de resposta aos problemas em termos operacionais e em termos financeiros.

As intempéries puseram a descoberto a impossibilidade de muitos municípios acorrerem às necessidades impostas pela catástrofe, sem o risco de violarem a lei quanto aos limites do endividamento ou mesmo à falta de liquidez.

Um município do centro confrontado com a necessidade de responder à reparação de estragos em infraestruturas no valor equivalente a mais de 60 % do seu orçamento é um excelente exemplo do que urge resolver.

A proposta de lei do Governo é coerente com a sua política: fica sempre distante do que é necessário fazer.

É necessário ir mais longe, começando por abranger todos os municípios efetivamente atingidos pelas intempéries e não apenas os considerados na declaração de calamidade; ir mais longe quanto à excecionalidade dos empréstimos no âmbito do limite da dívida total e dos empréstimos de curto prazo — não pode ser apenas uma questão de forma ou de aprovação, mas de execução, devendo o seu prazo-limite ser até aos 12 meses, podendo ultrapassar o ano orçamental.

Ir mais longe é permitir que, pelo menos neste ano económico, não tenha de ser observada a obrigação de cumprimento da regra do equilíbrio orçamental das autarquias. Numa perspetiva de solidariedade nacional, os municípios devem ser compensados, pelo Orçamento do Estado, das receitas perdidas no âmbito dos apoios que prestaram.

É o que o PCP propõe, com o projeto de lei em discussão, com a aprovação de medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades de janeiro e fevereiro, para a recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais. Defendemos, por exemplo, que os empréstimos contraídos pelos municípios para a reconstrução na parte não comparticipada não relevem para o limite da dívida, que seja suspensa a regra da equivalência entre a receita corrente bruta e a despesa corrente e que se excecionem as despesas para acorrer aos efeitos das tempestades.

Srs. Deputados, as autarquias locais e as populações necessitam de uma resposta mais célere e mais eficaz do Governo aos problemas com que se confrontam. Temos, no entanto, um Governo que está mais preocupado

em ações de propaganda do que em lançar no terreno e no quadro legal as respostas que se impõem. Cabe, por isso, ao Parlamento fazer as opções corretas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, do Chega, para a apresentação do respetivo projeto.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: Passaram 100 dias desde as tempestades que assolaram o nosso País e a realidade que as televisões todas e a comunicação social nos mostram é uma vergonha nacional.

O povo diz que, depois da tempestade, vem a bonança, mas, para os empresários e para os agricultores da nossa região, sabem o que é que veio? Veio na mesma a fatura da luz, a fatura da água, a fatura das comunicações, que continuam a chegar a casas que nem teto têm.

É o cúmulo da insensibilidade. Além da queda, o coice. Foi o abandono, foi o esquecimento. E quem é que os ajuda? Temos de ser nós, Deputados eleitos por estes distritos e estas regiões, porque não viemos só para passear fatos; nós viemos para defender os direitos e os interesses dos portugueses. É da nossa responsabilidade.

Aplausos do CH.

Srs. Ministros, como se levanta uma estufa com 10 000 €? Como se reconstrói um restaurante, uma esplanada na Praia da Vieira, que nem seguros conseguia fazer, porque não aceitavam fazê-los? Como reconstroem? Como reerguem sem apoios? É o Estado a falhar no básico.

O Chega traz hoje um projeto de lei para a alteração da Lei n.º 73/2013, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Não viemos para jogos políticos. Viemos com uma solução cirúrgica para que os municípios possam, de forma automática, fazer a isenção de taxas e tributos em situação de calamidade, porque «casa roubada, trancas à porta» — as soluções não servem de nada, se não estiverem já na lei, antes da próxima catástrofe.

Srs. Deputados, não é justo os portugueses estarem a receber notificações para pagarem o IMI (imposto municipal sobre imóveis) de um armazém destruído ou de uma casa onde não conseguem morar. Incluímos empréstimos de urgência para micromunicípios, porque, para o Chega, a cor política do município não conta. O que conta é ajudar os portugueses.

Ontem, aqui mesmo, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, eleito pelo distrito de Leiria, teve o desplante de perguntar o que é que o Chega fez. O que é que o Chega fez?! O partido que suporta o Governo está preocupado com o que é que o Chega fez, mas o partido que suporta o Governo tem de estar preocupado em trabalhar como o Chega faz.

Aplausos do CH.

Fomos nós que, responsavelmente, chamámos os presidentes da CIMRL (Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria), da CCDR e da Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Presidente da Estrutura de Missão à 13.ª Comissão. E porque é que os chamámos? Porque o Sr. Ministro disse que não estava a correr bem. Foi o Sr. Ministro que disse que não estava a correr bem.

Portanto, aqui, hoje, apelamos a que votem com responsabilidade este projeto, que dá ferramentas às câmaras, sejam do PS, do PSD ou de qualquer cor, para ajudar os portugueses, hoje e no futuro, porque, no Chega, não descansamos enquanto houver um português esquecido pela mão pesada, mas muito lenta, do Estado e deste Governo de Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados: O País foi abalado pela tempestade *Kristin*, mas, mais do que um fenómeno meteorológico extremo, aquilo que ficou à vista foi a fragilidade de muitos territórios e a insuficiência dos meios das autarquias para responder com rapidez e eficácia.

Hoje propomos um diploma que é, acima de tudo, uma questão de justiça territorial, porque, quando uma estrada cai, quando uma casa fica destruída, quando uma família perde tudo, não é o Estado central que chega primeiro, logo após os nossos soldados da paz. São os municípios, as freguesias, os autarcas e os trabalhadores municipais. São as autarquias que dão a cara no momento seguinte.

Aqui, importa reconhecer a responsabilidade que os municípios demonstraram ao longo de anos, nomeadamente após a crise financeira de 2010 a 2014.

Apesar disso, continuamos a ter um modelo excessivamente desconfiado das autarquias: limites dentro de limites, margens de endividamento e regras pensadas para tempos de normalidade — regras que podem fazer sentido em contextos estáveis, mas que deixam de responder quando há calamidade e urgência no terreno. E o que a lei atual diz é: tenham cuidado com o défice, respeitem os limites, não ultrapassem o endividamento, mesmo quando há pessoas a precisar de ajuda imediata.

Por isso, o que o JPP propõe hoje é maior flexibilidade nos limites de endividamento, excluir despesas com a tempestade *Kristin* do regime de responsabilidade financeira, suspender temporariamente a regra do equilíbrio orçamental e criar mecanismos de moratória na amortização da dívida.

O que está em causa é simples: ou confiamos nas autarquias ou continuamos a bloqueá-las com burocracia.

O JPP tem uma posição clara: quem está no terreno deve ter meios para agir, porque não há rigor financeiro que justifique deixar populações desprotegidas e porque, em momentos de calamidade, o Estado não pode ser um obstáculo, tem de ser uma solução.

A nossa proposta vem ao encontro, precisamente, das populações afetadas por esta tempestade e, acima de tudo, dá meios às autarquias.

O Sr. **Presidente**: —Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre, para uma intervenção.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Portugal enfrenta um novo paradigma de vulnerabilidade climática: tempestades, inundações e cheias mais frequentes e intensas, que destroem comunidades e esgotam as autarquias locais. Já não se trata de fenómenos ocasionais.

Vejamos os números: em fevereiro deste ano, tivemos o mês mais chuvoso dos últimos 47 anos; em 2025, tivemos o verão mais quente dos últimos 94 anos e o mais seco desde 1931; em 2022, atravessámos uma das secas mais severas de que há registo; e, ano após ano, continuamos a enfrentar incêndios, tempestades, cheias e destruição de infraestruturas, património e vidas humanas.

O comboio de tempestades que assolou o País, no início de 2026, foi mais um desses momentos dramáticos. Mais do que ter exposto a vulnerabilidade do território, aquilo que o comboio de tempestades revelou foi uma falha do Estado português, porque, depois de cada catástrofe, fazemos sempre a mesma coisa: aprovamos medidas temporárias, excecionais, avulsas, e discutimos durante meses, depois de as populações e autarquias já estarem a lidar sozinhas com os impactos.

Sabemos assim, por experiência própria, que estes episódios extremos vão aumentar, tanto em frequência como em intensidade. A pergunta é: se o sabemos, porque continuamos a legislar como se estivéssemos sempre perante um caso isolado?

O Livre entende que o País precisa de sair desta lógica de improviso permanente. Não faz sentido que sempre que haja uma grande cheia, uma tempestade ou um grande incêndio rural, as autarquias tenham de esperar por uma nova lei, aprovada à pressa, para saber se podem flexibilizar regras orçamentais, recorrer a financiamento urgente ou apoiar rapidamente as populações afetadas. Faltam mecanismos expeditos para respostas imediatas, o que deixa decisores locais reféns de legislação casuística, porque faltam respostas imediatas em cenários de calamidade.

O projeto de lei que trazemos hoje a debate muda esses condicionalismos, permitindo empréstimos de curto prazo, sem autorização prévia da assembleia municipal, mas com ratificação posterior, despesas urgentes entre

entidades locais, apoios diretos a vulneráveis, isenções de taxas e tarifas e flexibilidade orçamental, sem penalizar o equilíbrio financeiro — tudo com fiscalização reforçada e comunicação rápida ao Governo.

Esta é uma medida de solidariedade nacional recíproca, alinhada com a autonomia autárquica que o próprio Governo aqui trouxe e defende. Não é despesa irresponsável, pois preserva a disciplina financeira.

Sr.as e Srs. Deputados, imaginem municípios paralisados por burocracia, enquanto as famílias e as empresas perdem tudo. O Livre propõe previsibilidade para o planeamento, agilidade para a ação e justiça para as vítimas.

O que trazemos hoje aqui é simples: deixar de reagir sempre tarde de mais e começar finalmente a preparar o País antes de a próxima calamidade acontecer.

Aplausos do L e do Deputado do PS Luís Dias.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Olga Freire, do PSD, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.ª **Olga Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Discutimos hoje uma proposta de lei do Governo que estabelece um regime excecional e temporário para responder a uma situação igualmente excecional, que é o estado de calamidade provocado pelas tempestades que assolaram o País, no início do ano.

Importa dizer, desde logo e com clareza, que o Governo, desde as primeiras horas, acompanhou a situação e agiu. Agiu cedo, com meios e com um plano. O Governo prontamente ativou a coordenação de crise, declarou o estado de calamidade e mobilizou um pacote de apoios, que pode atingir os 3,5 milhões de euros, para famílias, empresas, instituições e autarquias. Criou linhas de crédito, apoios diretos à habitação, medidas para o emprego, isenções contributivas, moratórias fiscais e financeiras e transferências imediatas para o território, em que se incluem os 250 milhões de euros que foram transferidos para as CCDR, garantindo que o oxigénio financeiro chega a quem está na linha da frente. E criou o PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência).

Com o PTRR, o Governo não está apenas a responder à calamidade, está a preparar o País para o futuro. Com o investimento na resiliência territorial, o alargamento dos instrumentos de emergência, com os programas de apoio aos territórios de baixa densidade, o Governo está a preparar o futuro, de forma a que Portugal esteja mais preparado, mais resiliente e mais capaz de responder perante novas crises. São centenas de milhões de euros, com financiamento previsto e devidamente articulado, para garantir que, no futuro, as infraestruturas críticas não falhem. Isto é ter visão estratégica.

Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta de lei não surge no vazio, surge para dar resposta a um problema concreto. O seu objetivo é dar às autarquias instrumentos imediatos flexíveis e eficazes. O Governo pretende flexibilizar as regras a nível do endividamento, do equilíbrio orçamental, da inscrição de despesas, dos apoios sociais e das isenções, para permitir a reconstrução urgente, mantendo de forma responsável o controlo, a transparência e a fiscalização.

Ao analisarmos os projetos de lei que acompanham esta iniciativa, notamos dois problemas: ou duplicam soluções que o Governo já implementou, ou tentam forçar alterações estruturais e permanentes à lei das finanças locais, de forma avulsa.

Sobre esta matéria, temos de ser claros. O Governo já iniciou este trabalho estrutural e reformista. Já foi criado um grupo de trabalho para a revisão da lei das finanças locais, com participação das entidades do setor. É esse o espaço próprio para as reformas de fundo, com ponderação, com coerência, com visão de longo prazo, e não através de retalhos legislativos feitos em cima de uma emergência.

Algumas propostas da oposição trazem o que menos precisamos agora: mais burocracia, mais planos, mais autorizações, mais entraves. O que os autarcas pedem é rapidez e as populações exigem eficácia. Os decisores autárquicos não podem ficar bloqueados por procedimentos de tempos normais, quando têm famílias sem tetos ou estradas destruídas.

Sr.as e Srs. Deputados, a proposta do Governo pretende garantir essa capacidade de agir. O momento exige responsabilidade política, exige que não confundamos o socorro urgente com o debate ideológico, exige que reconheçamos o esforço colossal que já está no terreno.

As populações afetadas não precisam de propaganda nem de um emaranhado de leis redundantes; precisam de respostas e precisam delas agora. É isso que o Governo está a fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me começar por deixar uma palavra de solidariedade para com as vítimas das tempestades que assolaram o País, cujo rasto de destruição ainda perdura, assim como a necessidade de recuperação.

É nessa recuperação que deve estar o nosso foco, do Governo às autarquias, das comunidades locais à Assembleia da República. Estou certo de que estamos todos empenhados em garantir essa missão. Por isso, o debate centra-se na velocidade e na melhor forma de garantir que a normalidade volte a estas regiões.

A resposta do Governo à catástrofe de 28 de janeiro falhou na velocidade e no sentido de urgência inicial. Foi uma resposta de emergência confusa e uma reação política lenta, até com algumas polémicas pelo meio, que nada favoreceram os cidadãos, que nem abrigo tinham nesse momento.

Passaram mais de três meses e hoje, apesar de tarde, debatemos uma proposta de lei que consideramos importante, porque vai no sentido de colmatar a necessidade de dar meios às autarquias e ao poder local para responder a esta calamidade única. É, no entanto, essencial garantir que esta proposta não resulte num cheque em branco ao relaxamento financeiro e ao descartar da fiscalização das assembleias municipais.

É difícil olhar para esta proposta de lei e não verificar o menorizar das funções das assembleias municipais. Um processo mais célere ou uma Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais atualizada, com os mecanismos necessários para dar resposta a situações excecionais de calamidade e catástrofe, permitiam atingir o mesmo objetivo sem os riscos adicionais e com velocidade digna. Não podemos aceitar que a solução dos problemas dos municípios seja afastar do processo de decisão e fiscalização as assembleias municipais e reforçar um modelo presidencialista dos executivos.

Portanto, percebendo a necessidade de celeridade, creio que existirá certamente espaço político para repensar este modelo.

Srs. Deputados, o País continua a viver da sorte e da reação, e não do planeamento e da prevenção. O regime financeiro das autarquias locais é apenas uma consequência deste modelo, desta forma de atuar. Por isso, é urgente revisitar, atualizar e criar mecanismos de prevenção financeiros mais adequados às catástrofes, que, infelizmente, vão continuar a existir.

Sobre esta proposta em concreto, se o planeamento não nos permitiu chegar aqui noutras condições, é agora importante garantir que os mecanismos necessários à recuperação cheguem a quem precise deles e impedir que a urgência crie outros problemas indesejados. Por isso, a exigência de transparência é absolutamente inegociável.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: Espero, em primeiro lugar, que a minha intervenção não contribua para aumentar o sentimento de frustração do Governo, e em particular do Sr. Primeiro-Ministro, por ser mais uma crítica de dentro para dentro, neste caso na Assembleia da República, àquilo que certamente o Governo autoproclamará e intitulará como a grande reforma que o País jamais conheceu para flexibilizar e agilizar as condições burocráticas, administrativas e financeiras para as autarquias fazerem face aos danos verificados com as tempestades.

Só que não! Só que não! Infelizmente, esta é mais uma boa oportunidade desperdiçada pelo Governo. E mal — e mal —, porque os projetos de resolução n.os 606 e 613, da iniciativa do Partido Socialista, aprovados em fevereiro nesta Câmara, apontavam o caminho que o Governo podia e devia, salvo melhor opinião, ter seguido. De resto, como sinaliza — e bem — o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

É certo que a proposta de lei do Governo é um passo, mas é um passo muito aquém daquilo que o País e as autarquias precisavam para responder a esta crise. O Governo ainda não percebeu que se não der mais

meios e condições de atuação às autarquias, a tão propalada recuperação do País será um exercício meramente retórico. Em prejuízo de quem? Das populações e dos territórios.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **André Rijo** (PS): — De facto, incompreensivelmente, a proposta de lei do Governo deixa de fora cinco aspetos que, para nós, são fundamentais.

Em primeiro lugar, deixa de fora o excecionamento ao limite de endividamento municipal para fazer face a esta recuperação.

Segundo, deixa de fora a possibilidade de alargamento dos prazos máximos legais de amortização dos empréstimos de médio e longo prazo das autarquias, para fazer face a estes danos das tempestades.

Terceiro, não coloca dentro deste diploma os apoios conferidos às empresas para retoma da sua atividade, também.

Quarto, não se prevê a criação de um fundo nacional extraordinário de recuperação municipal.

Cinco, a ausência total de qualquer referência específica às freguesias.

Em suma, é positivo que o diploma do Governo reconheça que a lei das finanças locais e o regime dos fundos disponíveis foram concebidos para contextos de estabilidade financeira e não para situações de catástrofe natural de grande dimensão, mas as soluções propostas pelo Governo para enfrentar esta situação verdadeiramente excecional, como se disse, ficam muito aquém daquilo que seriam as necessidades sentidas. Aliás, os pareceres da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias são prova disso mesmo.

Obviamente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não irá inviabilizar uma discussão mais aprofundada, na especialidade, deste diploma. Mas aproximamo-nos muito mais do projeto de lei do PCP que, nesta matéria do endividamento municipal, é mais correto do que a proposta do Governo, que é muito pífia, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, queria aproveitar esta oportunidade também, para lhe dizer o seguinte: eu não sei se na intervenção inicial, quando disse que este diploma é prova de confiança no poder local foi uma espécie de *mea culpa* que o Sr. Ministro veio aqui fazer ao Parlamento. Se o foi, registo com agrado, porque, de facto, o Sr. Ministro em duas situações de intervenção pública perante o País, de facto, imputou de uma forma inadmissível, na minha ótica, aos autarcas…

Aplausos do PS.

… os atrasos que estamos a sofrer para as populações serem ajudadas. Isso é inadmissível, Sr. Ministro!

E, portanto, fico satisfeito que mais tarde — mais vale tarde do que nunca — tenha vindo aqui assumir que errou ao culpabilizar os autarcas pelos atrasos no pagamento daquilo que são as indemnizações às pessoas e às famílias. Isto sim, Sr. Ministro, estava na hora de assumir as responsabilidades de o Governo governar, de executar e de não andar só a falar em planos e planinhos para resolver os problemas, que não resolvem problema nenhum.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: As alterações apresentadas, nesta proposta de lei, à lei das finanças locais, são pertinentes e adequadas. São pertinentes porque, obviamente, há uma situação excecional que justifica também a excecionalidade destas medidas, a excecionalidade ao regime geral. E, por outro lado, são adequadas.

E, como vimos, as críticas que aqui tivemos foram de natureza oposta.

Por um lado, há quem ache que estas alterações dão excessivo poder aos presidentes, são presidencialistas, desvalorizam o papel das assembleias municipais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Era difícil!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por outro lado, há quem ache que ficam aquém. Chegaram até a dizer que eram pífias, o que é extraordinário quando se está aqui a dar resposta exatamente àquilo que a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses entendeu como necessário para adequar a resposta.

Quando o Partido Socialista diz — e mal — que está mais de acordo com o projeto do Partido Comunista Português…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Diz?!…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … basta olhar para aquilo que é a pronúncia da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre um e sobre outro, para ver quem é que está mais alinhado com as autarquias e quem é que está menos alinhado com as autarquias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, portanto, é bom que se perceba o que está aqui em causa, não é afastar o regime geral, que é um regime responsável pela gestão das autarquias e, convém dizer, foi responsável nos últimos anos por um percurso assinalável…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Ora! Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … das autarquias locais em Portugal, de boa gestão, de gestão rigorosa, de gestão responsável dos recursos financeiros. Também convém dizer, aliás, que as autarquias locais são, muitas vezes, injustamente criticadas quando nos últimos anos têm dado exemplo do contrário, de uma gestão rigorosa…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … e responsável dos recursos que lhes são adstritos.

Mas para despesas excecionais, para ajudas que são dadas, como o Sr. Ministro salientou, a outros municípios, para o endividamento que não estava previsto, é permitir a celeridade necessária.

E convém ter noção, também, de como é que esta realidade funciona.

A esmagadora maioria das assembleias municipais em Portugal reúne quatro vezes por ano. Pensar que, numa situação de excecionalidade, com várias decisões a terem de ser tomadas num curto período de tempo, era possível, ou desejável, ou até o mais adequado e o mais eficiente, estar a convocar sucessivas assembleias municipais para aprovar cada uma destas medidas, não fazia qualquer sentido.

É por isso que, do nosso ponto de vista, como disse a abrir e concluo, esta proposta é necessária, as alterações são pertinentes e são adequadas, do ponto de vista do seu equilíbrio.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Marco Claudino..

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os Srs. Ministros e os Srs. Secretários de Estado. O PAN irá acompanhar e votar favoravelmente esta proposta. No entanto, parece-nos que há aqui duas dimensões, que é importante referirmos.

Por um lado, a temporalidade, tal como já aqui foi referido. Há medidas que, até pelo seu carácter prático, já deveriam estar no terreno há mais tempo; não apenas três meses depois, porque contamos agora com a resiliência das câmaras municipais, das assembleias de freguesia, também das próprias associações e da sociedade civil em geral, que se mobilizou para ajudar e dar resposta aos impactos das sucessivas tempestades.

Mas há alguns aspetos que acreditamos que, em especialidade, seria importante aprofundar, porque é importante clarificar que os municípios podem apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade. É preciso que se crie também habilitação legal para que os municípios possam dar apoio para proteger empregos, recuperar também das produções, ter exceções aos limites da dívida, adiar prazos para a prestação de contas ao Tribunal de Contas ou até mesmo prazos de execução do PTRR, e também adiantar pagamentos aos municípios afetados.

É importante, acima de tudo, que este debate — até como já aqui foi referido —, esteja despido de algum espartilho ideológico. Ponhamos os olhos naquilo que é a importância de darmos resposta às populações, em particular nestas dimensões, na especialidade, e o PAN colaborará com isso mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do PSD.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, hoje estamos aqui a debater a necessidade de reforçar a capacidade das autarquias, ontem estávamos a debater o PTRR — acho que o senhor não estava cá.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Eu sei o que se passou!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Continuamos à espera do Chega e de saber se o Chega é contra ou a favor do PTRR e em quantas medidas. Há partidos que querem resolver o problema das pessoas nesta Casa;…

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Nós!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … há outros partidos que querem fazer politiquice com os problemas das pessoas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo. Teve cedência de tempo, não é?

Pausa.

Não? Ok, então faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, ó Sr. Deputado João Almeida, não é um debate propriamente, mas já que me citou, gostaria de referir o seguinte: quando eu disse que a resposta deste Governo era pífia, só queria citar — a bizarria que é citar um ex-líder do CDS-PP, do seu partido — Francisco Rodrigues dos Santos,…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Oh, oh, oh…!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É PS! Esse abraçou o preâmbulo da Constituição!

O Sr. **André Rijo** (PS): — … que disse «graças a Deus que não era o Governo da AD que estava em funções na altura da pandemia».

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o camarada Chicão! Esse abraçou o preâmbulo! Está a caminho do socialismo!

O Sr. **André Rijo** (PS): — E não tenho mais nada a dizer, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, dou a palavra ao Sr. Ministro…

Pausa.

Peço desculpa, Sr. Secretário de Estado. Entretanto, ainda tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, o Governo anunciou, na sequência do comboio de tempestades, que pagaria o *lay-off* a 100 %. Depois veio a lei, não foi assim, e o Parlamento corrigiu a lei.

Eu queria que o Sr. Ministro, no encerramento, esclarecesse quando é que o *lay-off* vai ser pago a 100 %.

O Sr. **Presidente**: — Então, agora, penso que não tenho mais inscrições. Sr. Secretário de Estado da Administração Local, faça favor, tem a palavra para fazer o encerramento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território** (Silvério Regalado): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Ministros: Em primeiro lugar, é bom relembrarmos que este diploma, tal como outras medidas que o Governo tomou, servem para responder ao maior comboio de tempestades que existiu no País — não foi coisa simples.

Depois, quero dar uma palavra de empatia por todos aqueles que o sofreram na pele, desde as populações até aos autarcas que estiveram no terreno.

É curioso, Sr. Deputado André Rijo que, na Comissão, o Sr. Ministro o desafiou para que lhe dissessem qual foi a frase que o Sr. Ministro disse onde tentou responsabilizar as autarcas e ninguém lha conseguiu dizer.

Na verdade, esta resposta efetiva que o Governo deu no terreno, desde a primeira hora, fez-se com medidas e apoios concretos. Fez-se, aliás, com a antecipação do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e do Fundo de Financiamento das Freguesias. Quando se diz que não se pensou nas freguesias, não é verdade, as freguesias foram também contempladas — fez-se a entrega de 75 milhões de euros, por conta da antecipação do Fundo de Emergência Municipal, em que já estão entregues, por exemplo, Sr. Deputado, cerca de 11 milhões de euros ao município de Leiria.

Este diploma defende a simplificação e a autonomia do poder local, tal como noutras medidas. Aliás, ainda recentemente, estivemos a discutir, neste Parlamento, as alterações ao Código das Expropriações, que alguns dos Srs. Deputados não aprovaram…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território**: — … e que visavam dotar as assembleias municipais de maior responsabilidade.

Por fim, queremos fazer isso, também, na lei das finanças locais.

Mas o que este diploma visa é conformar decisões que já foram tomadas pelos municípios e pelos autarcas, e daí ter a concordância da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Pelos vistos, e pelo consenso alargado que aqui conseguimos detetar no debate desta Câmara, esta é uma medida que é importante, é um diploma que é importante para os autarcas, é um diploma que é importante para os territórios e, por sua vez, é um diploma que é muito importante para Portugal e para os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Marina Gonçalves pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Quer fazer uma interpelação à Mesa? Faça favor.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Era para pedir os seus bons ofícios para, quando tivermos a ata desta reunião — e a propósito do pedido do Sr. Secretário de Estado — dizer o momento em que o Sr. Ministro deu maus exemplos sobre os municípios ainda hoje, na sua intervenção. E portanto, queria pedir para distribuir a ata desta mesma reunião.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado. Entretanto, felicito o Sr. Secretário de Estado. É hoje o dia do seu aniversário.

Aplausos gerais.

Eu disse só no fim, que era para não condicionar o debate, porque se fosse no início, podia influenciar o debate. Então está encerrado este ponto da nossa ordem do dia.

Vamos entrar no ponto 3, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.ª (ALRAA) — Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que o debate deste ponto segue a ordem das inscrições para intervenções, dado que é uma proposta de lei da Assembleia Legislativa dos Açores.

Portanto, ou não há quem se queira pronunciar ou então tem de ser por inscrição. Estão abertas as inscrições.

Então, para a primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas umas breves considerações sobre esta proposta de lei com origem na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Trata-se de uma alteração cirúrgica, diria, na acessão da palavra, desde logo por visar sarar uma patologia, vou colocar entre aspas, «incómoda», em termos democráticos. Dir-se-ia que é também uma medida casuística no quadro do dispositivo do financiamento das autarquias locais. Sucede que, sendo uma medida muito singular, é também certo que visa atender a um problema deveras singular, único.

De facto, é razoável e justa a proposta que o município do Corvo — aliás, o único da ilha, sendo também a entidade que administra a sua única freguesia — receba a verba que lhe caberia, com origem no Fundo de Financiamento das Freguesias.

Por conseguinte, e nesse sentido, o PCP votará favoravelmente esta iniciativa.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, do Partido Socialista.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta é, de facto, uma alteração cirúrgica, porque o município do Corvo é um caso único no País — é o único que acumula competências de município e de freguesia, não tendo, efetivamente, uma junta de freguesia e, portanto, está excluído do Fundo de Financiamento das Freguesias. Isto tem um significado claro: exerce mais funções, mas recebe menos recursos.

Não é, portanto, uma questão técnica, é uma questão meramente de equidade e de justiça que deve ser feita. A isso acrescento uma realidade que é mais sensível, ainda por cima quando falamos numa região que é ultraperiférica e, dentro da própria região, é das ilhas que estão mais afastadas, digamos, dos centros políticos e dos centros económicos.

Sabemos que os Açores enfrentam desafios que são estruturais e devem ter, por isso, respostas justas e proporcionais. Investir nestes territórios é garantir a nossa coesão, a coesão territorial e igualdade de

oportunidades. Neste caso em concreto, assegurar que quem tem responsabilidades tenha, também, meios efetivos para as cumprir.

Portanto, esta proposta que está aqui em análise vai neste sentido, de corrigir uma lacuna legal e atribuir ao Corvo, ao município do Corvo, à ilha do Corvo, aquilo que é justo. O Partido Socialista votará, naturalmente, a favor desta proposta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que em boa hora foi proposta e aprovada nos Açores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O município do Corvo é o único município do País que, por lei, acumula também as competências de freguesia. Faz o trabalho de uma câmara municipal e, ao mesmo tempo, o trabalho que, em outras partes do País, é assegurado por uma junta de freguesia.

Mas, apesar disso, não recebe o financiamento correspondente ao Fundo de Financiamento das Freguesias, ou seja, exerce as competências, assume as responsabilidades, responde às necessidades das populações, mas fica sem uma parte dos recursos que existem, precisamente, para financiar essas funções.

E isso é difícil de justificar, sobretudo quando falamos de uma ilha pequena, isolada, com desafios permanentes de escala, distância e acesso a serviços. Num território destes, as autarquias não têm margem para desperdiçar recursos e cada apoio faz a diferença na manutenção de serviços básicos, na capacidade de resposta local, na qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Livre acredita que aquilo que esta proposta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faz é corrigir uma injustiça, reconhecer, na lei das finanças locais, aquilo que já acontece na prática: se o município do Corvo exerce competências de freguesia, então deve também ter acesso ao financiamento associado a essas competências.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Porque Portugal não é igual em todo lado, e legislar como se fosse, acaba, quase sempre, por penalizar os territórios mais pequenos, mais periféricos e mais vulneráveis.

O Livre acompanhará esta proposta, porque ela corrige uma desigualdade evidente e porque reconhece algo muito básico: as competências têm de vir, obviamente, acompanhadas dos meios necessários para as exercer.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que agora aqui discutimos é uma questão de inteira justiça. Estamos a falar do município do Corvo, o mais pequeno do País, que, por força da sua realidade única, assume competências de município e de freguesia, ou seja, faz mais, mas recebe menos.

Isto não é aceitável num Estado que se diz coeso, solidário e equilibrado. O que esta proposta faz é simples: repor justiça, garantir que quem exerce competências tenha os meios para as cumprir — nem mais, nem menos. Não podemos continuar a exigir serviços públicos de qualidade quando negamos os recursos necessários para os prestar.

Não estamos a falar de privilégios, estamos a falar de equidade. E equidade não é dar a todos o mesmo, é dar a cada um aquilo que é necessário e que é preciso. O Corvo não pode continuar a ser penalizado por ser pequeno, isolado e diferente, e hoje temos uma oportunidade única de corrigir essa desigualdade. Façamo-lo com sentido de justiça, com respeito pelas populações e com coerência institucional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o município do Corvo exerce, no respetivo território, as competências genéricas atribuídas às freguesias. Ou seja, por força da sua especificidade geográfica, demográfica e institucional naquela ilha, a Câmara Municipal do Corvo acumula funções que no restante território caberiam, naturalmente, a uma junta de freguesia.

Sucede que, apesar de exercer essas funções, o município do Corvo não recebe as transferências financeiras correspondentes do Fundo de Financiamento das Freguesias. E esse é o ponto essencial desta proposta.

Aqui o que está em causa não é saber se o Corvo deve receber mais dinheiro simplesmente por ser o Corvo. A questão é outra, é saber se o município que exerce legalmente funções de freguesia deve ou não receber o financiamento associado ao exercício dessas mesmas funções.

Se existisse uma freguesia autónoma na ilha do Corvo, essa freguesia teria direito a financiamento através do Fundo de Financiamento das Freguesias. Não existindo essa freguesia, precisamente porque as suas funções são assumidas pelo município, parece razoável que a verba correspondente acompanhe as competências que a lei já lhe atribuiu.

Contudo, Srs. Deputados, há *nuances* que importa ponderar antes de tomarmos uma decisão. Por um lado, parece razoável que o Corvo possa beneficiar dos montantes que seriam atribuídos à respetiva freguesia que, neste caso, não existe. Por outro lado, não podemos ignorar que qualquer nova transferência financeira deve ser devidamente fundamentada. Porque uma coisa é reconhecer a equiparação legal, outra é concluir automaticamente que a equiparação exige um novo envelope financeiro sem demonstração da sua necessidade.

É precisamente neste ponto que a proposta apresenta lacunas. Não basta afirmar que o município do Corvo exerce competências genericamente atribuídas às freguesias, é necessário perceber quais são essas funções, que custos concretos representam e que insuficiências financeiras existem atualmente. Por isso, não está em causa apenas a equiparação formal, está em causa saber se existe, no plano material, uma necessidade financeira efetiva que justifique esta solução.

Sr.as e Srs. Deputados, o que podemos também concluir desta discussão e desta proposta de lei é que o município do Corvo e os seus habitantes não necessitam de uma junta de freguesia, necessitam, sim, das verbas e do financiamento como se existisse uma junta de freguesia.

Talvez esta conclusão nos devesse impor uma reflexão sobre algumas decisões que esta Casa já tomou no passado e vai, certamente, tomar novamente no futuro.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, saudar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores por esta iniciativa, que foi aprovada por unanimidade, desde logo.

O que está em causa é muito simples, já todos o disseram e não vou dizer diferente. Há uma realidade específica no País, há um único município que não tem freguesias e isso decorre do próprio Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no município do Corvo não existe, portanto, freguesia.

Ninguém melhor para compreender isso do que alguém que é de um município que tem apenas uma freguesia. E, portanto, para explicar muito facilmente, em São João da Madeira existe apenas uma freguesia. O município recebe as verbas relativas ao município, a freguesia recebe as verbas relativas à freguesia, cada um deles com as suas competências.

No Corvo, as competências do município e da freguesia são desempenhadas por um município, o município recebe a verba relativa ao município, à lei de finanças locais relativas aos municípios. Ninguém recebe a das freguesias, mas as competências são desempenhadas na mesma. Ora, se as competências são desempenhadas na mesma, se o serviço à população é feito na mesma, não há nenhuma razão, pelo contrário, para que não haja a compensação financeira para essas funções.

Portanto, a compensação financeira tem de ser atribuída a quem desempenha e assume as funções, neste caso, ao município. É por isso que votaremos favoravelmente esta proposta.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Muito bem, Sr. Deputado!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — É a primeira vez, esta unanimidade!…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Não vamos falar antes do tempo!

O Sr. **Presidente**: — Preciso de matéria-prima, senão, o debate…
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

O Sr. **Francisco César** (PS): — O Chega não tem Deputados eleitos pelas regiões autónomas?!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A proposta hoje apresentada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pretende alterar a lei das finanças locais para permitir que o município do Corvo beneficie também do Fundo de Financiamento das Freguesias, alegando que exerce competências equivalentes às de uma freguesia.

Compreendemos a especificidade da ilha do Corvo, ninguém ignora a sua realidade geográfica, a sua reduzida dimensão e desafios próprios de um território ultraperiférico. Mas uma coisa é reconhecer a especificidade, outra, completamente diferente, é abrir um precedente perigoso no modelo de financiamento autárquico nacional. É exatamente isso que esta proposta vem fazer.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Olha!…

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — O Fundo de Financiamento das Freguesias existe para financiar freguesias, não municípios, e essa distinção não é meramente semântica ou burocrática. As freguesias têm natureza própria, órgãos próprios, eleitos próprios e uma relação de proximidade diferente daquela que existe ao nível municipal — aliás, isso mesmo sublinhado pela própria ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) no parecer emitido sobre esta iniciativa.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Oh, por amor de Deus!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Mais, a verba do Fundo de Financiamento das Freguesias é uma verba fechada,…

O Sr. **Francisco César** (PS): — Pois, pois!…

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — … distribuída pelas freguesias de todo o País. Isto significa que ao permitir que o município passe a receber estas verbas, estaremos inevitavelmente a retirar recursos às restantes freguesias portuguesas, muitas delas pequenas, envelhecidas, do interior do País, já hoje com enormes dificuldades financeiras.

É importante recordar que o Corvo já beneficia de transferências enquanto município, além de mecanismos específicos de apoio às regiões autónomas. Só em 2026, os Açores receberam mais de 21,9 milhões do Orçamento do Estado face ao ano anterior,…

O Sr. **Francisco César** (PS): — O quê?!…

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — … portanto, não estamos perante um território abandonado pelo Estado central.

Sr.as e Srs. Deputados, há aqui também um problema de coerência institucional.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Há, há!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Se começamos a atribuir fundos destinados às freguesias a entidades que não são freguesias, então entramos num caminho sem fim.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ah!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — E permitam-me alguma ironia, se um município sem freguesia pode reclamar verbas de freguesia porque exerce certas competências, então qualquer freguesia do País, com uma dimensão de população equivalente à dos municípios, também poderá começar a reivindicar verbas municipais.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Isso é como a lógica da batata!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Há freguesias em Portugal com mais habitantes, maior atividade económica, mais responsabilidades do que muitos municípios deste País, algumas têm dezenas de milhares de habitantes. Então, o que fazemos a seguir? Criamos um fundo de financiamento dos quase-municípios? Passamos a pagar em função da admissão administrativa de cada território?

O Estado não pode funcionar com base de exceção sucessiva que desvirtua a arquitetura institucional e financeira do poder local. Se existe necessidade de reforço financeiro do município do Corvo, então que isso seja discutido no quadro de financiamento municipal ou da solidariedade regional e nacional. O que não podemos aceitar é utilizar um fundo criado para as freguesias para financiar o município, criando um precedente injusto para todas as restantes autarquias do País.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Precedente?! Uma coisa óbvia!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Por isso, a nossa posição é clara, reconhecemos a singularidade do Corvo, mas não acompanhamos a solução legislativa porque ela é errada no princípio, injusta na distribuição e perigosa no precedente que se abre.

Aplausos do CH.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Se fosse o subsídio de mobilidade não ia lá assim!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Aí já não se perde!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, chega-nos uma proposta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a ilha do Corvo e, neste sentido, sobre a Lei das Finanças Locais.

O Estado rege-se pelos princípios da subsidiariedade e da autonomia das autarquias locais, consagrados na Constituição da República Portuguesa. O regime de finanças locais deve assegurar a justa repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais e corrigir desigualdades entre as autarquias. O Corvo é o único município do País que não tem uma freguesia, mas que, segundo o artigo 136.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, é o titular, no respetivo território, das competências genéricas atribuídas por lei às freguesias, sem que receba qualquer verba pelo exercício efetivo desta competência. A lei que rege globalmente o financiamento das autarquias locais e a compensação específica é uma lei nacional e só a Assembleia da República pode aprovar a sua alteração.

O Governo dos Açores, através do regime de cooperação técnica e financeira com as juntas de freguesia, abriu, recentemente, a possibilidade de o município do Corvo também poder fazer candidaturas a esse instrumento, reconhecendo-lhe a legitimidade por exercer, *de facto*, estas competências. O regime de finanças locais deve, na repartição de recursos públicos, ter em conta a natureza e a especificidade destas autarquias e a unicidade da sua condição arquipelágica, garantindo a suficiência de meios e recursos.

A este propósito, foi constituído na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um grupo de trabalho, que terminou agora em fevereiro, resultando numa pronúncia por iniciativa própria do Parlamento dos Açores, cuja resolução foi subscrita por vários grupos parlamentares e aprovada por maioria, apenas com a abstenção de uma representação parlamentar em todo o Parlamento. Esta pronúncia é enviada com bastante antecedência para o Governo da República e para a Assembleia da República e elenca, fidedignamente, as propostas e contributos dos autarcas dos Açores, que anseiam ver vertidos na nova lei de finanças locais, que resultará, naturalmente, do recente grupo de trabalho que o Governo criou.

O atual regime das finanças locais está desfasado e desajustado da realidade do poder local e não contribui, hoje, para o adequado financiamento das competências do poder local, também nos Açores. Contudo, hoje, é para a ilha e para o município do Corvo que se voltam as nossas atenções com a proposta justa que nos enviaram e que esperamos mereça a concordância desta Assembleia.

Os autarcas, todos os autarcas, são a primeira face do Estado. Do maior ao menor município, da maior à menor freguesia, são, de facto, parceiros de desenvolvimento.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Temos de estar ao seu lado, a começar pelo próprio Estado, seguido por nós, aqui e em todas as nossas comunidades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento. Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Almeida, do Chega.

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, falamos, de facto, de uma questão de coesão territorial e social, de justiça territorial e de justiça também de coesão. Mas falamos não de uma freguesia, mas de um município que, é verdade, assume as suas competências, mas, mais do que nós aqui, na Assembleia da República, vamos ouvir os corvinos, porque é assim que se chamam os habitantes do Corvo.

A ilha do Corvo, nos Açores, tem o único concelho do País sem juntas de freguesia, mas quem lá vive não sente falta deste órgão de gestão. Penso que não faz sentido existir uma junta de freguesia.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Se calhar, há quem pense o contrário…

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Um ex-presidente de câmara dizia que não faz sentido criar um novo órgão de gestão, quando o município consegue dar uma resposta de proximidade à população. Não precisamos de criar um novo órgão e não precisamos de duplicar financiamento. Isto porque penso que, ainda este ano, foi criado ou foi assinado um novo regime jurídico de cooperação técnico-financeira entre a Administração Regional Autónoma, que confere apoio às freguesias e que, a partir deste acordo, passou a incluir também a ilha do Corvo. A questão da injustiça histórica de que falamos, e que acompanhamos, tendo em conta a insularidade e de ser uma região ultraperiférica, parece-nos assim estar salvaguardada.

Uma coisa é certa: estamos todos de acordo em que é necessário fazer uma alteração ao regime financeiro das autarquias locais. E, para isso, Sr. Deputado Paulo Moniz, o Governo, que o seu partido suporta, criou um grupo de trabalho. É pena não estarem aqui o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado, que tutelam esse grupo de trabalho, para explicar, por exemplo, a esta Assembleia da República, qual é o papel dos observadores nesse grupo de trabalho, entre eles os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, a ANAFRE e a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses).

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exato!

A Sr.ª **Patrícia Almeida** (CH): — Até agora, ainda ninguém conseguiu perceber qual será o papel desses observadores na alteração que é preciso fazer ao RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das

Entidades Intermunicipais), não só por causa das regiões autónomas, mas, como disse muito bem, por causa de todo o País.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Paulo Moniz. Faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Patrícia Almeida, ouvi-a com toda a atenção e agradeço a sua questão, mas começo por lhe dizer, de facto, que houve uma certa contradição na sua intervenção, porque o objetivo, aqui, não é complicar, não é criar mais um órgão, é tão simplesmente que, por uma questão de justiça, quem desempenha as funções de freguesia, como é o caso, tenha um envelope financeiro e seja ressarcido, como qualquer outra junta de freguesia.

Não há aqui nenhum aspeto de diferenciação, mas se quis falar em diferenciação, Sr.ª Deputada, não sei se já teve o privilégio de ir, ou não, à ilha do Corvo, mas os corvinos, de facto, são dos portugueses com uma têmpera que mais admiro, em matéria de generosidade, porque são uma comunidade que se aproxima das 400 pessoas e em que a generosidade e a capacidade de entreajuda são do mais bonito que o nosso País tem. Em todo o caso, e mesmo com esta vontade de entreajuda, vivem dificuldades incompreensíveis para a vasta maioria dos colegas aqui hoje sentados.

A Sr.ª Deputada esquece que uma grua da ilha das Flores não serve à ilha do Corvo, porque não pode deslocar-se de autoestrada. Nós não podemos deslocar máquinas sobre o mar. Nós temos uma especificidade, um isolamento e uma dificuldade que advém da nossa natureza, que não permite a facilidade que imprimiu, no seu planeamento, na sua intervenção.

Eu compreendo, mas aqui trata-se de justiça para com uma situação que é, de facto, e na prática, o que acontece: prestar os serviços de freguesia, efetivamente prestar os serviços de junta de freguesia, sem ser ressarcido por isso. E, isso, é uma questão de justiça.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César, do Partido Socialista.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Confesso que achava que este era um momento em que o Parlamento sairia unido em relação a uma situação, efetivamente, de repor justiça à população da ilha do Corvo. É um pouco incompreensível a posição do partido Chega. Aliás, começa a ser incompreensível quando temos a intervenção de dois Deputados e a Deputada eleita pelos Açores não toma a palavra.

Vozes do CH: — Ah!…

O Sr. **Francisco César** (PS): — Portanto, tanto criticaram, de uma forma correta, o PSD pelo facto de os Deputados do PSD não terem falado,…

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — É ridículo o que estás a fazer! Não está cá!

O Sr. **Francisco César** (PS): — … por exemplo, no âmbito do subsídio social de mobilidade, mas, quando lhes dói efetivamente…

Vozes do CH: — Não está cá!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Empresto-te os óculos!

O Sr. **Francisco César** (PS): — … e percebem que a população dos Açores não vai ficar satisfeita, por acaso, a Sr.ª Deputada dos Açores não fala.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Parece-me que os seus argumentos enfermam de dois erros em relação a este diploma. Aliás, não sei se leram efetivamente o diploma.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Quando tinham a maioria porque não o fizeram?

O Sr. **Francisco César** (PS): — Primeiro, a Sr.ª Deputada fez uma intervenção a dizer: «Bom, a população do Corvo não quer mais competências, não quer a criação de novos órgãos.» Mas em algum momento, neste diploma, estava escrito que existiriam novas competências e mais órgãos?

Se for necessário, faremos uma interpelação no sentido de distribuir aquilo que já está distribuído, para os senhores lerem o diploma. Nada disso, efetivamente, é dito.

Aplausos do PS.

O que é dito é algo perfeitamente compreensível, simples, que qualquer pessoa compreenderá, que é: se uma câmara exerce uma competência de junta de freguesia, porque é que não tem os respetivos meios que são dados às juntas de freguesia? Isto é claro.

Quanto àquele exemplo que o Sr. Deputado nos deu, sobre uma junta de freguesia que tem uma dimensão muito grande e a mesma população, peço desculpa, mas, como dirão os habitantes do Corvo, isso é a lógica da batata, Sr. Deputado, porque uma freguesia que é grande, tem uma população e presta um conjunto de serviços, presta um conjunto de serviços de freguesia, porque não há freguesias sem câmaras municipais e essas câmaras municipais já têm os meios para exercer as suas competências.

O segundo erro de que a argumentação dos senhores enferma é um erro de conceção da arquitetura, do ponto de vista da organização do Estado. A Sr.ª Deputada disse que a administração regional já dá fundos às juntas de freguesia e à câmara municipal. Bom, Sr.ª Deputada, não sei se alguma vez leu a Constituição da República Portuguesa, acredito que sim, mas a relação entre a administração local e o Estado é feita através da administração central. A administração regional não tem ligação, nem tutela, sobre a administração local.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Portanto, a administração regional o que faz é ajudar, através de contratos de colaboração, através de incentivos à administração local, a que eles possam, nomeadamente em situações insulares, em situações como a do Corvo, que tem uma dupla insularidade, ter menos dificuldades e poder associar o seu trabalho com maiores possibilidades e melhores competências.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Então, mas tem ligação ou não tem?!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Nesta matéria, o que vos peço é que estudem um pouco e compreendam a insularidade, que isso é fundamental para ser verdadeiramente português.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Porque não o fizeste quando tinhas 120 Deputados?!

O Sr. **Presidente**: — Não tenho inscrições, portanto, vou encerrar o debate.

Vamos passar para o quarto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão dos Projetos de Resolução n.os 258/XVII/1.ª (PSD) — Consagra o dia 11 de novembro como o Dia Nacional das Raças Autóctones, 479/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que aumente os apoios às fileiras das raças

autóctones, 697/XVII/1.ª (L) — Recomenda a inclusão do gado asinino no Programa de Apoio à Redução da Carga Combustível através do Pastoreio, e 907/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

Srs. Deputados, pedia-lhes o favor de trocarem de lugares com alguma rapidez, porque são cinco e um quarto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Oliveira, para a apresentação de projeto em nome do PSD.

Faça favor.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me que vos convide para uma viagem, com sotaque, com paisagem, com memória e, acima de tudo, com nome próprio.

Um país que sabe dar nome ao que é seu é um país que sabe quem é. Portugal é hoje um dos mais importantes reservatórios de recursos genéticos da Europa. Temos oficialmente reconhecidas 63 raças autóctones, 51 de espécies pecuárias, 11 de canídeos e ainda uma raça de abelhas. São 63 formas diferentes de a natureza dialogar, ao longo de séculos, com o engenho humano — 63 histórias que não cabem num museu porque ainda estão vivas. É precisamente por isso, na defesa deste património, que o PSD propõe consagrar o dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

Sr.as e Srs. Deputados, comecemos então a nossa viagem. A proposta é parar, olhar, escutar e reconhecer. Começamos no Norte, onde a terra é dura e o carácter é firme. Entre montanhas e neblinas vemos passar a bovina Arouquesa, a Barrosã, a Maronesa, a resistente Cachena ou a imponente Mirandesa.

Percebemos uma coisa simples: estas raças não são obra do acaso, são resposta à geografia difícil que as ajudou a moldar.

Mais abaixo, já com o País a abrir-se em planícies e largos horizontes, surge a Garvonesa, a Mertolenga, a Algarvia e até a Brava de Lide, que nos lembra que a relação entre o homem e o animal também é feita de cultura, tradição e identidade.

Atravessando o Atlântico, chegamos aos Açores, onde a Ramo Grande se afirma como símbolo de adaptação e produtividade, num território onde tudo exige mais esforço, mas que também oferece mais beleza. Por todo o lado, vemos rebanhos a desenhar a paisagem.

Voltando ao continente, encontramos a ovelha Mondegueira, a Churra do Minho, a Churra Badana, a Campaniça, a Merina Branca ou a Serra da Estrela, esta última tão ligada à nossa gastronomia. Não são apenas raças, são equilíbrio perfeito entre o homem e a natureza.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — São parte da identidade nacional das nossas mesas. E percebemos que o pastoreio não é atraso. Pelo contrário, é uma ciência antiga que o tempo afinou.

Nos caprinos surgem-nos à vista a resiliente Bravia, a Preta de Montezinho ou a Serpentina, verdadeiros exemplos de adaptação a terrenos exigentes, onde só permanece quem sabe resistir.

Nos suínos, mais uma vez, o sabor a tradição. No montado, o Porco Alentejano. Mais acima, o Bísaro ou o Malhado de Alcobaça.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ah! Alcobaça!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Três formas distintas de transformar a paisagem em cultura e em economia.

Chegados aos campos do Ribatejo, a viagem ganha elegância e história. O cavalo Lusitano, nobre e reconhecido mundialmente. O Sorraia, quase selvagem. Noutras latitudes surge a Garrana, o Burro-de-Miranda ou o Pónei da Terceira, que nos lembra que até nas ilhas mais pequenas existe grandeza genética.

Até nos galináceos…

Risos gerais.

… encontramos identidade com a Amarela ou a Preta Lusitânica.

Aplausos do PSD e da IL.

Depois, os nossos companheiros de sempre, os nossos cães: o Serra da Estrela, guardião da montanha, o Cão Barbado da Terceira, o Perdigueiro Português, fiel incansável, o Cão de Gado Transmontano ou o Rafeiro Alentejano, verdadeira sentinela das planícies.

Sr.as e Srs. Deputados, esta não é apenas uma enumeração de alguns exemplos de raças, é uma cartografia viva de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Cada raça é como uma palavra do dicionário. Isolada tem sempre o seu valor, mas juntas contam uma história. Uma história feita de homens e mulheres que nunca pediram protagonismo, mas que sempre assumiram responsabilidade, que acordam cedo, faça chuva ou faça sol, e que conhecem a terra como a palma das suas mãos.

Infelizmente, durante demasiado tempo, houve quem olhasse para este mundo como algo menor. Houve políticas que desvalorizaram a agricultura, a pecuária, o mundo rural, como se fossem capítulos ultrapassados de um país que queria ser moderno. Mas não há modernidade sem raízes e não há futuro sem memória.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — O PSD esteve sempre ao lado deste setor, reconheceu sempre a sua importância estratégica, e o atual Governo tem demonstrado, com ações concretas, que valorizar a agricultura, a pecuária e as raças autóctones é uma escolha política, com impacto no território, na economia e na sustentabilidade. Porque proteger estas raças é proteger a biodiversidade,…

Aplausos do PSD.

… é reforçar a soberania alimentar, é combater o despovoamento do interior, é respeitar os animais e de quem deles cuida.

Sr.as e Srs. Deputados, e assim, quase sem darmos conta, esta viagem leva-nos ao seu destino mais importante. Não termina no Minho, nem no Algarve, nem nos Açores ou na Madeira. Termina aqui, nesta Casa. Termina, sobretudo, na memória de cada um de nós. Porque todos temos uma imagem, uma recordação, um cheiro, um som ligado ao mundo rural, um sino lá ao longe, um rebanho na estrada, um cão de guarda atento ou um cavalo a galopar.

E termina, mais importante ainda, nas crianças de hoje, que serão os homens e mulheres de amanhã. Se quisermos que essas, que as nossas crianças, herdem mais do que fotografias, temos de agir agora. Consagrar o Dia Nacional das Raças Autóctones é, no fundo, um gesto simples, com um significado profundo, é dizer que este património conta, que merece ser celebrado, merece ser protegido, que merece ter no calendário e, mais importante ainda, no futuro, um dia bem definido.

Pelo Portugal que somos e pelo Portugal que queremos que continue a existir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Armando Mourisco, do Partido Socialista, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dois dias seguidos, hã!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Trazemos hoje a debate um tema que é, simultaneamente, económico, ambiental, cultural e identitário — a valorização e defesa das nossas raças autóctones.

Estas raças representam muito mais do que recursos produtivos. São um património genético único, moldado ao longo de séculos pelas condições específicas do nosso território. São a expressão viva da identidade portuguesa e da relação equilibrada entre o ser humano e o meio natural.

Num contexto de alterações climáticas, de perda de biodiversidade e de crescente pressão sobre recursos naturais, as raças autóctones revelam-se uma vantagem estratégica. A sua resiliência, a sua adaptabilidade e a sua integração em sistemas produtivos sustentáveis fazem dela um ativo que o País não pode ignorar nem desperdiçar.

Mas, a verdade é que este património continua vulnerável.

A desertificação do interior, a falta de rendimentos adequados para os produtores e a insuficiente valorização dos nossos produtos associados colocam em risco a continuidade destas fileiras.

Sr.as e Srs. Deputados, mais importante do que propor um dia que assinale as raças autóctones é continuar a criar apoios para valorizar quem trabalha e estas espécies que são fundamentais para o País.

Aplausos de Deputados do PS.

Sabemos que as raças autóctones contribuem de forma decisiva para a fixação de população em territórios vulneráveis ao despovoamento, funcionando como motor de desenvolvimento económico e social. Sabemos que a produção associada a estas raças, nomeadamente carnes, queijos, enchidos e outros produtos tradicionais, é amplamente reconhecida pela sua qualidade superior, tantas vezes protegida pelos selos como Denominação de Origem Protegida ou Indicação Geográfica Protegida.

Esta valorização promove circuitos curtos de comercialização, aumenta os rendimentos dos produtores e reforça a economia local e circular, incluindo o turismo.

É por isso que este projeto de resolução propõe medidas concretas. Primeiro, propomos o reforço dos apoios financeiros aos criadores, garantindo estabilidade e previsibilidade.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Isso é que conta! Isso é que interessa!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Segundo, propomos o aumento da certificação através de instrumentos como a Denominação de Origem Protegida e Indicação Geográfica Protegida, valorizando os produtos no mercado. Terceiro, propomos o apoio à promoção e comercialização, aproximando produtores e consumidores. Quarto, propomos ainda a integração destes produtos em cantinas do setor público, incluindo as escolas, contribuindo também para uma alimentação mais sustentável e de qualidade. E, por fim, propomos o investimento na conservação genética e na investigação científica, assegurando o futuro destas raças.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, defender as raças autóctones é defender o mundo rural, é combater o despovoamento, é promover a coesão territorial, é investir no modelo de desenvolvimento mais equilibrado, mais sustentável e mais justo.

Este é um compromisso com o nosso passado, mas é sobretudo um compromisso com o nosso futuro. Por isso, esperamos, esperam os produtores portugueses, o apoio desta Assembleia para a aprovação deste projeto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, faça favor, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.as e os Srs. Deputados, cumprimento os cidadãos nas galerias: Começo por agradecer o agendamento ao PSD e, na verdade, agradecer ao Sr. Deputado Ricardo Oliveira este momento de poesia. Um agradecimento sincero: levou-me numa viagem pelo nosso belo País, por todas estas raças.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Conheces o País?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Está aí, se calhar, o início de uma nova epopeia lusitana ou, quem sabe, a Volta a Portugal por 63 raças, lanço-lhe o desafio, ficaremos, certamente, satisfeitos de ouvir a continuação desta história.

Mas indo àquilo que interessa, estas raças, como o Sr. Deputado disse, e o Sr. Deputado Armando Mourisco agora disse-o também, existem por uma razão: muitas delas foram fruto da vontade humana, de cruzamentos voluntários para se adaptarem melhor ao território. Mas, a verdade, é que elas são isso mesmo, são espécies que estão adaptadas à especificidade do nosso território e isso faz com que elas estejam mais protegidas também para fazer face àquilo que é a especificidade desse mesmo território.

Portanto, quando falamos desta biodiversidade, quando falamos desta vontade de ter estas raças nos diferentes pontos do nosso País, é precisamente porque elas foram evoluindo para muito bem se adaptarem a essas áreas.

É por isso que o Livre vai acompanhar as propostas que queiram valorizar as raças autóctones. Nós vamos valorizar a proposta do PSD e vamos apoiá-la, para que se crie este dia nacional, mas queremos mais: queremos que esta política de apoio, até poético, se traduza em apoios também mais concretos.

Isso consegue-se de muitas maneiras, desde logo, naquelas espécies dessa lista de 63, mais ameaçadas de extinção, que haja políticas específicas para proteger essas espécies. Mas, depois, também se consegue com coisas muito simples e que na verdade custam muito pouco. É isso que o Livre faz com o projeto de resolução que traz a este debate, que pede uma coisa muito simples: o alargamento do programa de apoio à redução de carga combustível através do pastoreio, para que se possa, neste programa já existente, incluir a raça asinina, nomeadamente os burros de Miranda. Isto foi algo que nos foi pedido por parte dos criadores, dos produtores e daqueles que cuidam desta raça asinina no planalto mirandês. É algo que é muito simples, que se consegue com uma pequena alteração, que vai valorizar esta raça e vai, ao mesmo tempo, dar mais capacidades às pessoas que, no norte do nosso País, detêm estes burros, para com eles ter mais rendimento.

É uma proposta muito simples que esperamos que possa ter o apoio desta Câmara.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ricardo Moreira, do Chega, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projeto que hoje apresentamos é uma proposta que, sendo aparentemente simples, toca numa dimensão essencial do nosso País, ou seja, a ligação profunda entre o território, as comunidades rurais e o património vivo que herdámos ao longo de gerações.

A instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como Dia Nacional das Raças Autóctones, é o reconhecimento de uma realidade que importa valorizar e proteger. Fala de uma parte da nossa identidade coletiva, muitas vezes esquecida, mas absolutamente essencial; mas fala também de etnografia, de cultura e daquilo que nos define como povo.

As raças autóctones fazem parte da paisagem humana e cultural de Portugal, estão presentes nas tradições, nas práticas agrícolas, nas festividades locais, na gastronomia e até na forma como diferentes regiões se reconhecem a si próprias.

Mas não são apenas animais, são elementos vivos da nossa história coletiva, profundamente enraizados na identidade portuguesa.

Ao longo dos séculos, Portugal construiu uma relação singular com o mundo rural e com os animais que dele fazem parte. Os portugueses nunca olharam para os animais apenas como instrumentos de produção. Sempre houve, mesmo antes de existir legislação ou discursos modernos sobre o tema, uma preocupação enraizada com o bem-estar animal, com o respeito pelos ciclos da natureza e com o equilíbrio entre o homem e o território.

Aplausos do CH.

É precisamente essa relação que permitiu que ainda hoje existam raças autóctones portuguesas.

Não sobreviveram por acaso, sobreviveram porque houve agricultores, criadores, famílias inteiras que, geração após geração, cuidaram, preservaram e valorizaram aquilo que tinham, muitas vezes em condições difíceis, muitas vezes longe dos centros de decisão, mas sempre com um profundo sentido de responsabilidade.

Estas raças são mais do que património genético: são adaptação ao território, são resistência às adversidades, são biodiversidade viva, mas são também cultura, memória e identidade. Em muitas regiões, determinadas raças estão diretamente associadas a modos de vida, a saberes tradicionais e a práticas transmitidas ao longo de gerações.

São também economia local, fixação de população e gestão sustentável do nosso espaço rural. Em muitas regiões do País, são mesmo um fator determinante para a sobrevivência de comunidades inteiras.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — A nível global, assistimos a uma preocupante erosão da diversidade genética das espécies pecuárias. A intensificação da produção, a uniformização dos sistemas agrícolas e os desafios crescentes, como as crises sanitárias, têm conduzido a uma dependência perigosa de um número reduzido de raças.

Esta realidade fragiliza os sistemas produtivos e limita a nossa capacidade de resposta a desafios futuros.

Sr.as e Srs. Deputados, criar um dia nacional das raças autóctones não é apenas um compromisso político, cultural e identitário. É uma forma de dar visibilidade a quem trabalha no terreno, de valorizar o conhecimento tradicional, de reforçar a ligação entre as novas gerações e o mundo rural e de afirmar, de forma clara, que este património importa e que deve ser protegido e valorizado de forma contínua.

A escolha do Dia de São Martinho não é casual. É uma data profundamente ligada ao mundo rural, ao fim dos ciclos agrícolas, à partilha, à tradição; é um momento em que o País, de norte a sul, ainda se reconhece nas suas raízes, nas suas comunidades e nos seus costumes. Associar esta data às raças autóctones é reforçar esse vínculo, é ligar passado, presente e futuro.

Ao aprovar esta proposta estamos a reconhecer o trabalho de quem nunca desistiu, estamos a valorizar o que é nosso — não apenas enquanto recurso económico ou ambiental, mas enquanto expressão da nossa cultura e da nossa identidade coletiva.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, confesso que, quando comecei por ler o título da iniciativa do PSD, até comecei por ficar entusiasmada,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh lá!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … mas fui ao engano. É porque, depois, quando vamos ler a proposta, vemos que não estão aqui a honrar propriamente os tempos de Gonçalo Ribeiro Teles ou até mesmo de António Maria Pereira. Não! Os senhores querem proteger ou promover as raças para, depois, as colocar no prato,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Risos do PSD, do CH, do PS e da IL.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … como se, de alguma forma, fosse a carne barrosã…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É na grelha!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Há aqui um paradoxo mesmo complexo — e depois o PS vai atrás e o Chega também!

De facto, Sr.as e Srs. Deputados, quando começamos a ler a vossa iniciativa, vemos que, mesmo no preâmbulo, vêm falar na proteção das espécies em risco e em extinção. Veja-se bem: as Sr.as e os Srs. Deputados querem proteger de risco de extinção, para depois matar os animais!

Vozes do CH: — Ah!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Isto é um paradoxo tal que, de facto, não há comparação!

Risos do PSD.

É que se estivéssemos a falar de reconhecer o dia das raças autóctones, para proteger o lince ibérico,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então e as galinhas que os linces comem?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … o lobo ibérico, o gato-bravo, entre tantas outras espécies, o PAN até poderia acompanhar, mas…

Protestos do CH.

O Chega que tenha calma, porque também já lá vamos!

Protestos do CH.

É que, depois, o Chega vai mais longe: vem falar nas tradições.

Continuação de protestos do CH.

É que, no caso do Chega, ainda é pior! Além de querer pôr no prato, também quer colocar na arena, para torturar.

Vozes do CH: — Eh!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, como é que nós podemos acompanhar de forma séria, quando temos, inclusivamente…

Protestos do CH.

Mais, estamos a discutir esta iniciativa no dia em que Portugal esgotou os seus recursos naturais. No dia em que devíamos estar preocupados em, verdadeiramente, proteger a biodiversidade…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A partir de hoje, não comas mais!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … aquilo que temos aqui são iniciativas absolutamente falaciosas, e não só: especistas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vota contra!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Porque nós não podemos achar que os animais estão neste mundo para nos servir.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É a cadeia alimentar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Eles não estão neste mundo para nos servir, Sr.as e Srs. Deputados!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chama-se cadeia alimentar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Nós precisamos de ter, de facto, aqui um novo olhar sobre os animais que respeite as suas características naturais…

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Ó Sr. Deputado, em primeiro lugar, eu não sou sua amiga.

Protestos do CH.

Não sou sua amiga, lamento! Terá de se me dirigir noutros termos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foi uma facada que me deu!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Terá de se me dirigir noutros termos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Acabou o seu tempo, Sr.ª Deputada.

Protestos do PAN.

Tinha 2 segundos, Sr.ª Deputada, e, na dinâmica, não dá. Se se entra em diálogo, depois, é impossível fazer…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, há pouco, olhei para a Mesa, precisamente, porque ia pedir à Mesa que parasse o tempo…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas estava a continuar a falar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … para eu poder continuar a minha intervenção.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Perdi uma amiga!

Risos de Deputados do PSD, do CH e da IL.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Portanto, a tolerância que o Sr. Presidente tem tido com os outros grupos parlamentares é a mesma que terá de ter com os Deputados Únicos, sobretudo quando estamos a interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei. A Sr.ª Deputada tinha condições para falar, por parte da Mesa, portanto…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Tem dois pesos e duas medidas!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, para intervir.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, votaremos favoravelmente a consagração do dia 11 de novembro como o dia nacional das raças autóctones, pelo que possa contribuir para a valorização do significativo reservatório de recursos genéticos assente em 63 raças portuguesas.

Mas a valorização efetiva, por exemplo, das raças alentejana ou barrosã, bordaleira ou Serra da Estrela, preta de Montesinho ou serrana, cão de gado transmontano, burro de Miranda, garrano ou pedrês portuguesa não se esgota na sua consagração. São necessárias políticas que garantam a sua efetiva valorização e o seu desenvolvimento.

O maior inimigo das raças autóctones são as regras do mercado impostas pela União Europeia e aceites por sucessivos Governos, que encharcaram o mercado de produção estrangeira, fizeram desaparecer dezenas de milhares de explorações agrícolas e impuseram crescentes dificuldades à agricultura familiar.

O PSD bem pode procurar mascarar a sua política com esta iniciativa, mas não se livra das responsabilidades sobre o que aconteceu e o que está a acontecer, com o desmantelamento de estruturas essenciais à valorização económica desse património para lá da paisagem. É o caso do encerramento do Matadouro Industrial do Cachão, que serve precisamente os produtores da raça Mirandesa; ou o caso do não aproveitamento da lã nacional — o encerramento, no ano passado, do último lavadouro industrial de grande dimensão, localizado na Guarda, pôs em causa toda a fileira da lã no País, já que a lavagem é a primeira fase na sua transformação.

Veja-se também os acordos de livre comércio, como o da União Europeia/Mercosul, que são uma ameaça à subsistência das raças de bovinos.

É certamente importante consagrar o dia das raças autóctones, mas mais importante ainda é investir na sua preservação com os apoios diretos aos pequenos produtores: sem viabilidade económica, desaparecem, como desapareceram os pastores e os pequenos criadores de gado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É necessário investir na investigação e adotar medidas de recuperação e aproveitamento das raças para o fornecimento de carne,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — A Inês não deixa! Não pode ser!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … de leite, de lã, de peles, salvaguardando a agricultura e o mundo rural, a ocupação do território, a biodiversidade, a identidade cultural do País e a sua soberania alimentar.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Antes de fazer a intervenção que tinha pensado, quero só fazer aqui justiça ao cão de fila de São Miguel, que não foi referido há pouco e merece também esta referência.

Aplausos de Deputados do PSD.

Sendo uma raça autóctone da Região Autónoma dos Açores, em concreto da ilha de São Miguel, merece essa referência também.

Quero desde logo cumprimentar o Sr. Deputado Ricardo Oliveira, pela forma como apresentou, porque é de facto digno que façamos esta referência a todas as raças, às regiões do País e a toda a gente que está envolvida em toda a cadeia de produção, em toda a cadeia — sim! — de transformação, de abate, de comercialização… Em todas! Todas, porque isso é a nossa realidade.

Esta ideia de que podemos olhar para o nosso País só com uma lógica contemplativa… Isso não existia! Se fosse só contemplativo, se estivéssemos todos só a olhar,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … o País não existia, não havia vida!

A vida existe exatamente porque, no dia a dia, há pessoas que se levantam de manhã para alimentar o gado, há pessoas que se levantam de manhã para fazer a sua pastorícia — e levam o seu cão com eles, a fazer essa

pastorícia. Esta é a vida do dia a dia das pessoas! Não se levantam para ficar a olhar e a dizer «olha que bonita esta vaca, que bonito este cão».

Risos de Deputados da IL.

E depois viviam do quê? Do ar?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Aplausos do PSD e do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Depois vivem do ar? No fim do dia, quem é que lhes paga? É não ter a menor noção! É não ter a menor noção!

Eu já o disse aqui várias vezes: esta cultura urbano-depressiva, de achar que o País se vive só nas cidades…

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e protestos do PAN.

… e de que os bens…

Primeiro acham que existe dinheiro do Estado e que, portanto, no fim do dia, o Estado vai-nos pagar. Depois, acham que só se vive nas cidades e, portanto, que quem está no campo há de arranjar-se de qualquer maneira! Mas arranjar-se de qualquer maneira, como?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Na venda de frutos vermelhos das estufas dela!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como, se não for por esta valorização daquilo que é local, pela valorização daquilo que é diferente?

Porque as raças autóctones — e o Sr. Deputado Ricardo Oliveira também o referiu — valorizam essa diferença: não é fazer tudo igual em todo o lado, exatamente porque as pessoas têm também orgulho na diferença daquilo que produzem. As pessoas têm orgulho na diferença da transformação que fazem destes produtos, da maneira como fazem, dos queijos que fazem, das alheiras que fazem, da carne que se extrai…

Protestos do PAN.

Sim, Sr.ª Deputada! Não diga que não! É verdade, têm orgulho disso.

Quando diz «os senhores só querem saber porque é para pôr no prato», respondo que é a pôr no prato que as pessoas se alimentam e é a pôr no prato que as pessoas vivem e ganham dinheiro.

Aplausos do CH.

Ou pensa que é de outra maneira? Pensa que é de outra maneira?!

Sr.as e Srs. Deputados, é importante consagrarmos o dia 11 de novembro exatamente para valorizar estas raças, porque a lógica não é fazermos grupos excursionistas para os senhores da cidade irem ao campo contemplar e ver como é que afinal lá estão as vacas, os cães, as cabras e as ovelhas! Isso não é mundo que exista!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, duas raças em extinção: o PAN e o Bloco!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O mundo que existe é aquele em que as pessoas, tantas vezes com muita dificuldade, fazem este trabalho de valorização de cada uma destas raças. E o que nós fazemos, que não é mais do que a nossa obrigação, é reconhecer, através deste dia, o papel que toda essa gente tem naquilo que todos somos: Portugal.

Aplausos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, por cedência de tempo do Partido Socialista, dispõe de 1 minuto e 46 segundos para uma intervenção.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — O Bloco também cede tempo. Então, a Sr.ª Deputada tem mais 1 minuto a acrescer ao tempo.

Pausa.

Aguardamos, só para que fique devidamente contabilizado o tempo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não faz mal, isso é uma raça em vias de extinção!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, dispõe então de 1 minuto e 15 segundos, e pedia à Câmara para lhe dar condições para poder ser ouvida.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, gostaria de retomar precisamente não só a importância de hoje assinalarmos o dia em que esgotamos os nossos recursos como também o dever de preservarmos a biodiversidade.

Quando assistimos a um Governo que tem desmantelado o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), que não tem tido políticas que promovam a biodiversidade…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O ICNF devia era ter implodido!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ainda ontem, aliás, e pegando nas palavras do Sr. Deputado João Almeida, que estava de facto muito apoquentado porque não éramos capazes de olhar para a beleza do animal,

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O ICNF era para implodir!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Deputado, lamento, mas acho que o único urbano-depressivo que aqui demonstrou, ao longo deste debate, ter problemas em contemplar a beleza dos animais foi o Sr. Deputado,…

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… porque eu acho maravilhoso que se vá soltar o touro bravo no campo, acho maravilhoso preservarmos a raça do touro bravo no campo e podermos ir apreciar a sua beleza.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É para isso!?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas já agora, Sr.as e Srs. Deputados, olhemos também para uma outra realidade que não foi falada: ainda neste ano, houve várias denúncias de explorações pecuárias em que biliões de animais são, de facto, explorados e maltratados e as Sr.as e os Srs. Deputados não falam nessa realidade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São as baratas!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ou seja, nós temos um modelo assente numa perspetiva extrativista, deploratória dos recursos, que trata os animais, não como seres vivos, mas como meros recursos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vamos acabar com um banco de horas para as galinhas!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por outro lado, os Srs. Deputados falaram aqui nas várias raças, nomeadamente de cães. Portugal tem uma raça que hoje aqui não foi mencionada, mas que eu gostaria de honrar, que é o rafeiro. O rafeiro, o que não tem raça alguma, porque os animais…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O rafeiro alentejano, sim!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não é o rafeiro alentejano, Sr. Deputado. São os animais de rua, os que não têm qualquer raça, que são de raça indefinida…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Demagogia!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e que são aos milhares, abandonados pelos criadeiros deste País, que ainda ontem…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vão de férias para o Algarve e largam os cães!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.ª Deputada, foi possível ouvir toda a sua intervenção.
Dou agora a palavra para uma intervenção à Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Falando de raças autóctones, não poderia deixar de falar da rentabilidade da produção das raças autóctones e das dificuldades dos produtores e também do comércio dos próprios derivados — dos queijos, das carnes —, pelo custo de produção.

Por isso, não poderia deixar de dar uma palavra de apreço pela ideia de celebrar o dia das raças autóctones, mas não existirão raças autóctones e não existirá dia das raças autóctones se não tivermos apoios à produção de raças autóctones, se não tivermos apoios para a comercialização e para a transformação, porque os custos de transporte das carnes… E todos sabemos que Trás-os-Montes é a região com mais indicações geográficas protegidas e também denominações de origem!

Portanto, do prado ao prato, este dia só existirá se houver apoios, conforme o projeto de resolução do Partido Socialista. Mais, quer na proteção do mundo rural, quer na proteção dos incêndios, quer também na coesão territorial, social e económica, é um fator fundamental de desenvolvimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exato!

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Portanto, é chamar a atenção para que — como o Sr. Presidente da Assembleia da República já experimentou e já saboreou —…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora?!… Sr. Presidente?!

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — … os sabores e os saberes dos que estão no interior do País devem ter um olhar especial daqueles que estão nos grandes centros e que muitas vezes nem conhecem as verdadeiras raças autóctones e as dificuldades dos nossos produtores. Para eles, um grande, grande obrigada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Quero só esclarecer que fui acompanhado dos Deputados do respetivo círculo!

Risos do PSD, do CH, da IL e de Deputados do PS e do L.

Só para que fique bem claro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E não me convidou, que é o mais grave!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar o Sr. Deputado Ricardo Oliveira e confessar que nunca, em 41 anos de idade, tinha ouvido uma intervenção tão apaixonada sobre gado. E é bom, saiu do coração e fala de algo que é nosso, fala do nosso património. As raças autóctones são, de facto, património português.

Mas Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, a nossa gastronomia também é património, também é Portugal. Portanto, as nossas raças autóctones dão, felizmente, origem a um cardápio extraordinário que é conhecido a nível mundial, que é a nossa gastronomia.

Protestos do PAN.

É por esse motivo que proponho aqui, nesta Câmara, fazer um roteiro gastronómico…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

… proporcionado por estas raças autóctones, porque, de facto, dão origem a produtos DOP (denominação de origem protegida) e IGP (Identificação Geográfica Protegida) que são de relevância e reconhecimento mundial.

Protestos do PAN.

Farei este roteiro gastronómico com a promessa de não gastar um único cêntimo dos munícipes de Oeiras e, já agora, de nenhum outro dos 307 municípios.

Risos da IL e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Ricardo Oliveira falou da carne mirandesa. Com certeza, a posta mirandesa é reconhecida em todo o País, mas também poderia ser a posta barrosã ou a posta maronesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A carne arouquesa, por exemplo, é muito usada para fazer uma boa vitela à Lafões, que deve ser assada, a baixa temperatura, por seis a sete horas.

Risos da IL e de Deputados do PSD.

Depois, a alcatra à moda da Terceira — de Ramo Grande, nos Açores — também é um prato de grande reconhecimento.

Não esquecer, obviamente, o porco bísaro, que é muito usado para a conhecida alheira de Mirandela,…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Isto é surreal!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … mas também para o butelo com casulas, que é uma iguaria da região. E, como já aqui foi dito, as migas à alentejana com entrecosto, que usam o grande porco alentejano, ou então o ensopado de borrego à Campaniça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não comeu nada disto, mas pronto!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Temos também, fora deste roteiro gastronómico, a raça brava de lide, que aliás o Sr. Deputado Paulo Núncio conhece bem — encontros de primeiro grau!

Aplausos da IL.

Risos da IL e de Deputados do PSD e do CH.

Para a produção de queijo temos, obviamente, os nossos ovinos, que são muito conhecidos também, como a raça saloia para o queijo de Azeitão… Enfim, poderia continuar a discorrer, mas não tenho muito tempo e o ponto mais importante é este: as nossas raças autóctones têm um valor por si só — certamente que sim, são animais, são seres sencientes, merecem o nosso respeito —, mas têm um valor para os portugueses, para Portugal, para aquilo que é o nosso património, para o nosso património gastronómico e, portanto, sim, devem e merecem ser reconhecidas.

Ainda bem que estamos a instituir este dia e que valorizamos essas raças autóctones, e fica aqui o apelo a todos os portugueses e a todos os restaurantes também: usem mais da nossa boa carne para produzir os nossos bons pratos, que têm reconhecimento cá dentro e lá fora.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Graça, do Chega.

Pausa.

Suspeito que este debate vá dar pasto para muita coisa.

Risos de Deputados do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Raças autóctones são tradição, raízes, paixão, lembranças, memórias; são legados, são orgulho de uma zona ou região. Raças autóctones, no fundo, são uma herança de geração para geração. Raças autóctones significam coesão territorial, fixação de populações, conservação da paisagem, resiliência, sustentabilidade, economia; significam um testemunho de vida. Raças autóctones não são só a carne animal, são os seus derivados, como ovos, enchidos, queijos; são a sustentação de recursos genéricos. Raças autóctones são também animais de companhia.

Mas Srs. Deputados, estes projetos não podem ficar por aqui, porque senão só nos vamos lembrar das raças autóctones de ano a ano, que é o que acontece com muitos dos dias dedicados a causas, eventos ou pessoas. Estas raças nativas e indígenas precisam de incentivos, de condições, de reconhecimento, mas, acima de tudo, de uma coisa muito importante para o produtor ou criador: o rendimento. E isso, Srs. Deputados, é uma coisa que os homens e mulheres que dedicam a sua vida a criar e a cuidar destes animais não têm tido.

Permitam-me dar um exemplo de duas raças algarvias que correram o risco de serem extintas: a vaca e a ovelha churra algarvia. Depois de muito trabalho entre associações e criadores, foi possível estabilizar um número de animais capaz de manter a espécie.

Mas Srs. Deputados, não é a fechar mercados e feiras animais que vamos lá; não é com um País sufocado em burocracia que vamos lá; não é com subsídios e vacinas tardias que vamos lá; não é a dedicar terrenos às centrais fotovoltaicas e aos aerogeradores a vento que vamos lá;…

Aplausos do CH.

… não é com medidas avulso e sem enquadramento para o setor que vamos lá; não é só a olhar para a grande e a esquecer as pequena e média agriculturas que vamos lá.

Sr. Deputado Ricardo Oliveira, as palavras foram bonitas, mas as palavras levam-nas o vento se não houver atitude e medidas desta Casa.

Sr.as e Srs. Deputados, seja muito bem-vindo o dia das raças autóctones, mas seja muito bem-vindo o dia do reconhecimento pelo valor do trabalho de homens e mulheres que criam, tratam, cuidam do bem-estar animal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições, posso passar ao encerramento.

Então, para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Valente, do PSD, que dispõe de 4 minutos…

Pausa.

Sr. Deputado, dispõe de 2 minutos e 2 segundos, porque já está a contar os 2 minutos do encerramento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, fala do IVA da carne de caça!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, o mundo rural entrou na Assembleia da República, subiu a esta tribuna e prestou-se a consagrar uma das suas maiores riquezas, a história viva que veste as paisagens de norte a sul de Portugal, as suas raças autóctones.

Entendo que este seja um assunto despiciente para muitos, mas para uns é rendimento e o único meio de subsistência, para outros é companhia e é paixão. Só por isso, deve exigir o nosso respeito, o nosso compromisso e a nossa atenção.

Aplausos do PSD.

Há já várias iniciativas que tentam promover vários tipos de raças endógenas, mas instituir um dia nacional que as inclua a todas é mais do que uma ideia, é um incentivo para motivar os seus agentes a continuar a consolidá-las.

Dizia Miguel Torga que o que é nacional é o que é de todos e não é de ninguém. Ao instituirmos o dia nacional das raças autóctones, não estamos a celebrar o interesse isolado de um cuidador, produtor ou região, estamos a reconhecer um património que pertence ao povo português no seu todo, uma herança do passado que é um bocadinho de todos nós.

Como responsáveis políticos, temos o dever de entender que preservar estas raças é garantir que é nacional aquilo que não tem dono, porque pertence à história, e permanece vivo para as gerações de amanhã. Preservar estas raças é um ato de amor e de gratidão, é dar-lhes a importância que elas têm.

Este dia que agora pretendemos criar é o compromisso público de que o Estado não virará costas ao mundo rural, é a afirmação de que a nossa identidade genética é um ativo do futuro. É, por isso, mais um passo para a recuperação do mundo rural que este Governo tem vindo a desenvolver.

Srs. Deputados, se acham que Lisboa é grande, o mundo rural ainda é maior!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, passar para o ponto cinco, e último, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 460/XVII/1.ª (PS) — Reforça as competências da Assembleia da República em matéria de defesa nacional e institui a Lei de Programação de Efetivos Militares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1- B/2009, de 7 de julho, à primeira alteração à Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, e à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto, 504/XVII/1.ª (CH) — Cria a reserva voluntária das Forças Armadas, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar), juntamente com os Projetos de Resolução n.os 846/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística, 858/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas,

866/XVII/1.ª (L) — Recomenda a atualização do conceito estratégico de defesa nacional à luz da realidade geopolítica atual.

Pedia aos Srs. Deputados para assumirem as respetivas lideranças de bancada para entrarmos no ponto em causa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, para apresentar o respetivo diploma.

Pausa.

Pedia ao Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, para que o Sr. Deputado possa iniciar a sua intervenção.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: No momento em que iniciamos o último ponto da nossa sessão e falamos de defesa, era incompreensível, perante os acontecimentos deste dia, não frisar a perda de um jovem furriel português ao serviço dos paraquedistas, Ismael Lamela, que hoje perdeu a vida com a farda das Forças Armadas portuguesas. Para a família, para as Forças Armadas, foi já enviado, em nome da Comissão de Defesa, pelo seu Presidente, em nome de todos os Deputados, as condolências que aqui reafirmo.

Falar de defesa nacional neste Plenário é defender uma das funções mais essenciais da soberania de Portugal. Por isso, devemos trabalhar todos para o consenso político, exigindo-se diálogo e flexibilidade entre visões partidárias. A instabilidade geopolítica atual, onde a força sobrepõe a diplomacia, torna essa unidade ainda mais urgente. Segurança e defesa são hoje prioridades incontornáveis da União Europeia, da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e também de Portugal.

Há um reforço global do investimento em defesa e novas exigências de capacidades, de prontidão e de resiliência. Se o contexto internacional muda e se estamos a pedir aos portugueses um esforço relevante para os investimentos em curso, temos de ser ágeis, mas também consequentes, e para isso é essencial o suporte político e social, que requer debate parlamentar.

Srs. e Sr.as Deputadas, sem ilusões, este esforço que nos é pedido não é opcional, é necessário e é inevitável. O Partido Socialista escolheu, por isso, ser uma oposição construtiva, crítico quando o Governo falha, mas sempre disposto a fortalecer o papel dos representantes do povo — todos nós nesta Casa — em matéria de defesa nacional.

A primeira prioridade é simples: queremos mais responsabilidades e reforço de competências. A defesa exige, até pela nossa própria Constituição, agora com 50 anos, uma estreita ligação entre o poder executivo e o poder legislativo, e, num contexto de mais ameaças, mas também de financiamentos e oportunidades históricas, a Assembleia da República tem um papel preponderante e deve reforçar a fiscalização da ação do Governo e procurar consensos que garantam a estabilidade de longo prazo para estes investimentos.

O projeto de lei que apresentamos, que pode e deve ser melhorado na especialidade, visa isto mesmo: alargar as competências do Parlamento em várias áreas da defesa nacional.

Em primeiro lugar, propomos o reforço do acompanhamento parlamentar aos investimentos nas Forças Armadas portuguesas, realizado fora do âmbito da Lei de Programação Militar. Queremos que todos os investimentos estratégicos tenham escrutínio democrático, condição que consideramos essencial para a confiança dos nossos cidadãos.

Em segundo lugar, propomos que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional seja aprovado no Parlamento, e não apenas as suas grandes opções, porque este é um documento político estruturante para a defesa nacional, devendo ter uma base democrática sólida e evitando procedimentos completamente dispensáveis que atrasam este processo. Talvez assim, no curto prazo, possamos vir a ter o Conceito Estratégico de Defesa Nacional revisto, finalmente.

Propomos ainda uma maior avaliação sobre as missões das nossas forças nacionais destacadas. Prevemos a realização de um debate anual, aqui, em Plenário, com apresentação pelo Governo de um relatório sobre o

envolvimento dos contingentes militares portugueses no estrangeiro — à semelhança, aliás, do que já acontece na área da segurança interna com o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna).

Propomos ainda, e por último, nesta área, uma maior representatividade do Conselho Superior de Defesa Nacional, com a presença de mais um Deputado e do Sr. Presidente da Assembleia da República. Garantir uma maior representação dos portugueses neste órgão de aconselhamento do Presidente da República é garantir e assegurar uma maior representatividade das sensibilidades políticas escolhidas pelos cidadãos.

Segundo grande objetivo do nosso projeto de lei: mais planeamento, maior previsibilidade, mais estabilidade.

Propomos que, a par da Lei de Programação Militar e da Lei das Infraestruturas Militares (LIM), o Governo apresente à Assembleia da República uma lei de programação de efetivos militares. Os efetivos são um dos maiores desafios que as nossas Forças Armadas enfrentam, um problema transversal às democracias ocidentais, que enfrentam dificuldades iguais. Dar previsibilidade ao recrutamento e à incorporação de pessoal garante aos ramos e aos seus chefes a certeza dos recursos com que contam a médio prazo.

A criação de uma lei de efetivos militares é um instrumento de planeamento plurianual que coloca as pessoas, os nossos militares, no centro da política de defesa nacional. Porque, Sr.as e Srs. Deputados, sem militares, de nada nos valem as infraestruturas, as novas capacidades e os novos investimentos que estamos a fazer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Tendo o Sr. Deputado informado a Mesa que responderá aos pedidos de esclarecimento em conjunto, dou a palavra em primeiro lugar ao Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, as minhas primeiras palavras, enquanto Presidente da Comissão de Defesa Nacional e em nome de todos os Deputados que integram esta Comissão, são para lamentar o falecimento do furriel Ismael Lamela e endereçar os profundos sentimentos e condolências aos familiares e ao Exército.

Dito isto, Sr. Deputado Luís Dias, o Projeto de Lei n.º 460 propõe um conjunto de alterações significativas ao quadro legal da defesa nacional, reforçando as competências da Assembleia da República em várias dimensões, nomeadamente, com a aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a eleição de três Deputados para o Conselho Superior de Defesa Nacional, o acompanhamento parlamentar reforçado dos contingentes militares no estrangeiro e, ainda, a criação de uma lei de programação de efetivos militares sujeita à aprovação parlamentar. Trata-se de uma iniciativa com mérito, do ponto de vista da transparência e do escrutínio das opções de defesa.

Porém, suscita uma preocupação de fundo que importa endereçar diretamente. A defesa nacional exige, por natureza, capacidade de decisão rápida, reserva de informação e flexibilidade de resposta. A introdução de mais camadas de escrutínio e aprovação parlamentar, ainda que em nome da transparência e do escrutínio, pode, na prática, criar constrangimentos procedimentais que dificultem ou retardem decisões que, pela sua natureza, não admitem demora.

Passando da teoria à prática, as perguntas que gostaria de colocar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na pessoa do Sr. Deputado Luís Dias, são as seguintes.

De que forma podem garantir que o reforço das competências da Assembleia da República, aqui proposto, não se traduzirá numa perda de agilidade na tomada de decisão em matéria de defesa nacional, nomeadamente em contextos de crise, urgência ou, ainda, de risco elevado?

Para terminar, estão disponíveis para, em sede de especialidade, introduzir salvaguardas procedimentais que acautelem esta preocupação, designadamente através de prazos máximos de resposta parlamentar, mecanismos de decisão tácita ou regimes de exceção para situações de crise ou…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Bruno Vitorino, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, uma primeira palavra para associar o Grupo Parlamentar do PSD ao voto de pesar pelo trágico falecimento do militar furriel Lamela no acidente de há dois dias.

Sr. Deputado Luís Dias, o Partido Socialista apresenta-nos um diploma que propõe alterações estruturais profundas à lei orgânica, pretendendo o Partido Socialista «reforçar o papel da Assembleia da República nas matérias de defesa nacional».

Não ficam claras, nem do diploma, nem na exposição de motivos, nem na sua intervenção, quais são as razões que levam à apresentação de muitas das propostas que fazem no mesmo. A única razão, poderão perguntar alguns, é: será que, porque o Partido Socialista passou à oposição, é preciso reforçar o papel do Parlamento nestas matérias? Isto porque o Partido Socialista governou durante 23 dos últimos 30 anos e a verdade é que nunca teve esta reflexão, nunca considerou importantes estas alterações, nunca sequer as propôs, nunca as implementou, mesmo quando tinha maioria absoluta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — A segunda questão tem a ver com exemplos concretos a este nível.

O primeiro exemplo relaciona-se com a composição do Conselho Superior de Defesa Nacional, tendo sido proposto que se passe de dois para três Deputados. Pergunto, porquê este terceiro Deputado? É porque o Partido Socialista passou a ser a terceira força? Isto é razão para alterar a lei orgânica na defesa nacional? Não é assim que se trata a defesa nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Outro exemplo, já aqui referido, diz respeito à proposta para as forças nacionais destacadas passarem a depender de parecer da Assembleia da República. Pergunto, qual o fundamento? Qual o racional? Quais os problemas de fundo que veem no modelo atual? Quais os ganhos de eficiência para o modelo que agora propõem? Os Deputados são mais competentes do que no modelo atual para definir capacidades operacionais? Isto faz algum sentido? Sr. Deputado, o parecer não é vinculativo. E se for negativo? Vamos criar ruído numa matéria que quer a maior unanimidade possível? Não faz sentido!

Por último, Sr. Deputado, em relação à lei dos efetivos militares, nós herdámos uma pesada herança. Queremos, não leis, mas resultados e são esses resultados que temos estado a apresentar. Deixem-nos trabalhar!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do BE.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Dias, cumprimento-o pela sua intervenção e pelo tema que traz.

A defesa beneficia do facto de o Parlamento se envolver mais na definição das principais políticas. Beneficia de mais transparência, sobretudo num contexto em que o Governo vai executar o maior investimento de sempre, desde a Guerra Colonial, em matéria de defesa — são mais de 5,8 mil milhões de euros —, sem concursos e sem transparência, por decisão própria. Isso não pode deixar de nos preocupar e é, por si só, razão suficiente para exigir mais transparência e maior participação da Assembleia da República.

Isto acontece numa semana em que é notícia o facto de haver 3050 contratos militares, 91 milhões de euros adjudicados a empresas-espelho com sócios em comum. Estamos a falar de 50 procedimentos a três concorrentes convidados, sempre com os mesmos donos.

Protestos do PSD.

Por isso, pergunto-lhe se não temos mesmo de exigir que a contratação na defesa obedeça a rigorosos critérios de transparência, sob o risco de o País voltar a ter más notícias em matéria de contratação na área da defesa, como, aliás, já tivemos no passado, com governos do PSD e do CDS.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queria, em primeiro lugar, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do CDS, apresentar as condolências à família do furriel Ismael Lamela, ao Exército e a todos os que lhe são próximos, pela morte deste militar, no curso de paraquedistas, na sequência de um incidente ocorrido no início desta semana.

Passando à questão concreta que aqui nos traz, não compreendo a razão de ser da apresentação deste projeto de lei por parte do Partido Socialista. E quando nós não compreendemos, o melhor é perguntar. Portanto, quero perguntar.

A única razão que vejo é o PS ter passado para a oposição.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E como acho que isso não é razão suficiente, pergunto ao Sr. Deputado — não vou afirmar sem lhe perguntar.

Portanto, quero saber: além de o Partido Socialista ter passado do Governo para a oposição, o que é que mudou na defesa nacional para que o conceito estratégico não seja aprovado nos termos em que sempre foi aprovado, com a Assembleia da República a intervir nas suas linhas essenciais, para passar a intervir em todo o seu conteúdo?

Além do facto de o Partido Socialista ter passado do Governo para a oposição, o que é que mudou no recrutamento e na manutenção dos militares no efetivo, em Portugal, para que tenha de haver, agora, uma lei que determine como é que esse recrutamento é feito, quando não o era no passado? Aí, sei uma coisa. O que mudou é que, neste momento, o recrutamento deixou de descer e passou a subir. Mas considero que isso é razão para a Assembleia da República se regozijar e não para exigir — como é que o Sr. Deputado dizia? — «mais responsabilidade e reforço de competência».

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, mas do que me lembro no Partido Socialista é de irresponsabilidade e de incompetência.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que quem foi irresponsável e incompetente no passado quer, agora, reclamar mais responsabilidade e mais competência? Só se for para fazer pior!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Última questão de todas, Sr. Deputado: qual é a razão, que não seja o lugar ser para o PS, para os senhores quererem mais um representante da Assembleia da República no Conselho Superior de Defesa Nacional?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desculpe, mas isto é do maior descaramento! Tenha a coragem de dizer aqui que este terceiro representante da Assembleia da República no Conselho Superior de Defesa Nacional não é para o PS!

Aplausos do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não, não é! Não é mesmo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem 47 segundos para responder a tudo, portanto peço à Câmara que dê condições para o Sr. Deputado poder aproveitar bem o seu tempo. Faça favor.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, agradeço a todos as intervenções que fizeram e volto à minha intervenção inicial para dizer que há total disponibilidade do Partido Socialista para melhorar o diploma que apresentámos.

Em segundo lugar, gostaria de dizer, no caso, aos Srs. Deputados Bruno Vitorino e João Almeida, que a desculpa de que em oito anos o PS não fez não pode servir para que não possamos mudar o que está a ser feito.

Aliás, se o PSD e o CDS estão no poder, porque é que não o fazem e esperam que seja a oposição construtiva a fazer o que, enquanto estavam na oposição, também não propuseram?

Aplausos do PS.

A questão é que o PS teve de propor, na oposição, aquilo que vocês não propuseram.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É tacho! É tacho mesmo!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Deputado João Almeida, tenho mesmo pouco tempo.

Só para terminar, há neste momento um contexto internacional que exige estas mudanças.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exige mais um membro do PS?!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — E há neste momento oportunidades que permitem que existam estas mudanças. O PS já tem um representante no Conselho Superior de Defesa Nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem agora! Tem agora!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Basta ser um bocadinho perspicaz para perceber.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PS a ser o tachista de sempre!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o respetivo projeto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões Melo, do Chega.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa nota prévia, os nossos pensamentos estão com o Exército e com as famílias dos dois militares que, na terça-feira, sofreram um grave acidente em Tancos.

Quando um português jura bandeira e afirma em ato solene que está disposto a dar a sua vida pela Pátria, assume que a Pátria é o valor mais valioso e é capaz de o fazer, em combate ou em treino. Por isso, o Grupo Parlamentar do partido Chega sempre, e hoje, nestas circunstâncias tão dramáticas, afirma a todos os militares e a toda a família militar: muito obrigado pelo vosso serviço. A Pátria não vos pode abandonar.

Aplausos do CH.

Tenho pena que, usando a palavra, aqui alguém não o expressou. Nós expressamo-lo sempre!

Aplausos do CH.

Debatemos, hoje, uma função de soberania: a defesa nacional. Ao longo dos últimos dois anos, temos falado do aumento do investimento na defesa, que se saúda, sobretudo depois dos oito anos anteriores em que os Governos do Partido Socialista o esqueceram totalmente. Tem-se publicitado o aumento de suplementos aos vencimentos e a aquisição de novos sistemas de armas, que reconhecemos serem fundamentais para a garantia de umas Forças Armadas modernas e credíveis. Mas não é suficiente. É ficar pelo acessório, pelo que é fácil.

O partido Chega, com a coragem que, certamente, todos lhe reconhecem, e que, mesmo sem o Governo ter aprovado ainda um Conceito Estratégico de Defesa Nacional atualizado, apresenta hoje duas iniciativas legislativas ligadas à eficiência, em termos de organização e de efetivos.

O nosso projeto de resolução visa recomendar a criação de uma estrutura administrativa logística nos ramos, menos pesada e mais eficaz. Poderá ser o primeiro passo para a concentração do planeamento e do apoio não operacional num só comando, evitando-se duplicações e redundâncias numa estrutura mais eficiente.

Quanto ao projeto de lei que cria a reserva voluntária nas Forças Armadas, Srs. Deputados, a ser aprovado será um momento histórico, um momento em que poderemos fazer uma verdadeira revolução nos assuntos militares no referente a recursos humanos. Um momento de viragem.

Aplausos do CH.

Destina-se a quem já tem competências militares e que manifesta a intenção de continuar, como militar, ligado às Forças Armadas, numa situação de serviço diferente das atualmente existentes.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Constitui uma ferramenta que permitirá manter a ligação à Nação e dispor, em caso de necessidade, de um corpo de militares experientes para serem usados em diversas situações.

É um projeto de lei onde se privilegia o voluntariado. É um projeto de lei que evita que se desperdicem recursos humanos, que demoram tanto tempo a formar.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Caso seja aprovada esta proposta, a mesma, num processo colaborativo, poderá ser melhorada em sede de especialidade.

Estamos em crer que este Parlamento está a um passo de fazer história na área da defesa.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Queremos abraçar o futuro. Lançamos o desafio para que nos acompanhem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Inicio a minha intervenção associando-me às condolências à família do furriel Ismael Lamela já apresentadas pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional.

Sr.as e Srs. Deputados, a geoestratégia mundial atravessa hoje mutações profundas. Para lá dos conflitos militares ativos, assistimos à transição acelerada de uma ordem internacional assente em alianças multilaterais para um paradigma dominado pela lógica das superpotências. Na verdade, o mundo dá sinais inequívocos de estar a preterir o sistema de tratados e regras em favor de um modelo assente na força.

Se é certo que o equilíbrio que conhecemos permitiu à Europa décadas de crescimento e estabilidade, não é menos verdade que, embora sejamos hoje uma superpotência económica, carecemos de relevância geoestratégica. A Europa leva demasiado tempo a diagnosticar e não é assertiva o suficiente a implementar. Além disso, é preciso admitir, sem rodeios, que é irrealista e irresponsável persistir numa política assente na improbabilidade de uma agressão militar. Esta postura ingénua foi, aliás, o rastilho para um desinvestimento crónico na defesa ao longo dos últimos anos.

Srs. Deputados, quando invocamos a defesa nacional, o debate tende a derivar para a contabilidade de tanques, aeronaves ou percentagens do PIB (produto interno bruto). Todavia, importa sublinhar o óbvio: não existem Forças Armadas sem soldados.

É precisamente aqui que Portugal enfrenta um desafio crítico. Um problema que, não sendo novo, permanece prisioneiro de diagnósticos e de discursos sem nunca encontrar uma resposta à altura.

As dificuldades de recrutamento são notórias, com especialidades onde a atração é nula e onde os efetivos em funções sofrem uma pressão insustentável que resulta em rescisões antecipadas.

Os números são alarmantes. Assistimos a uma erosão sucessiva dos quadros, registando-se hoje um défice de recursos humanos na ordem dos 30 %. Mais grave ainda, o nosso rácio, entre praças e oficiais, ronda os 2 para 1, quando as diretrizes da NATO apontam para uma proporção de cerca de 10 para 1.

Sr.as e Srs. Deputados, os problemas da defesa não se resolvem com mais camadas de burocracia nem com uma politização de processos que, pela sua sensibilidade e especificidade, devem permanecer executivos, e muito menos com politiquices e discussões em torno de cargos partidários.

Uma estratégia de defesa séria exige um compromisso alargado, investimento responsável e a valorização dos nossos militares, garantindo o alinhamento indispensável entre estratégia, capacidade e efetivos.

Este impasse não se resolve por mero decreto nem ignorando a realidade operacional dos nossos jovens. Numa frase, é imperativo tornar a carreira militar verdadeiramente atrativa. Isso exige o estabelecimento de metas concretas por ramo e por áreas críticas. Exige incentivos reais, não só à entrada, mas também à permanência, à melhoria das condições de serviço, de formação e de apoio social. Em suma, exige ligar os efetivos às missões e às infraestruturas com coerência.

Propomos, por isso, que o Governo implemente e preste contas, anualmente, a esta Assembleia sobre os resultados tangíveis destas medidas, para que não fiquemos, como tem sido hábito no passado, confinados a um plano de boas intenções.

A defesa nacional identifica-se com aqueles que escolheram servir Portugal e que encontraram razões para o continuar a fazer.

Aqueles que julgam que este debate pode ser indefinidamente adiado estão profundamente enganados.

Na defesa, os resultados não são imediatos e o custo da inação de hoje será pago com juros elevados pelas gerações futuras.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, não posso deixar de apresentar as condolências do Grupo Parlamentar do Livre à família do furriel Ismael Lamela.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, atualmente em vigor, foi aprovado em 2013 e foi pensado num contexto internacional profundamente diferente daquele que hoje vivemos. Nessa altura, ainda se falava no aprofundamento das relações com a Rússia.

Hoje, há uma guerra no espaço europeu, crescente instabilidade internacional, ameaças híbridas permanentes e uma nova realidade geopolítica que exige preparação, coordenação internacional e visão estratégica.

Neste contexto, Portugal deve olhar para a defesa e segurança de forma integrada e transversal. Quando falamos de segurança, falamos também de segurança ambiental, alimentar e energética. Falamos de proteger as infraestruturas críticas, prevenir ciberataques, combater a desinformação e ter capacidade de resposta à guerra híbrida, que é a realidade das guerras de hoje.

A segurança de um país não depende apenas da capacidade militar tradicional, mas tem de ser pensada com uma capacidade de proteger as redes energéticas, as comunicações, o abastecimento, os serviços essenciais, mas, também os nossos dados e as nossas instituições democráticas. Depende ainda da capacidade de um país em antecipar transformações profundas na própria natureza da guerra.

Hoje, todos vemos a crescente automação dos conflitos, o uso massivo de *drones*, sistemas autónomos e de inteligência artificial em contexto militar. O desenvolvimento acelerado destas tecnologias disruptivas emergentes coloca desafios estratégicos, éticos e democráticos que não podem nunca ser ignorados.

Por isso, discutir defesa, hoje, também é discutir regras e mecanismos internacionais de regulação para o uso militar destas tecnologias, antes que a velocidade da inovação ultrapasse a capacidade de controlo democrático.

Por todas estas razões, é urgente que se atualize o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o que nos obriga também a discutir que modelo de segurança queremos construir. Um modelo que não pode ignorar a realidade internacional, que mudou, sendo necessário que a Europa seja mais capaz de garantir a sua própria segurança, num contexto em que o compromisso histórico dos Estados Unidos com a NATO é muitas vezes visto com incerteza.

A Europa de hoje enfrenta ameaças reais e precisa de estar preparada, sem abdicar dos princípios democráticos, do direito internacional ou de uma visão preventiva da segurança. Digo preventiva, porque a segurança se constrói, em primeiro lugar, através da diplomacia, da cooperação internacional e da proteção civil, bem como da resiliência democrática e da capacidade de prevenir conflitos antes de eles escalarem, e só depois através do armamento. É precisamente essa visão integrada que o projeto de resolução do Livre pretende e procura refletir.

É assim hoje, urgente, atualizar o Enquadramento Estratégico da Defesa Nacional, à luz do contexto geopolítico atual, reforçando em simultâneo a resiliência civil e a nossa preparação para crises prolongadas.

Vários países europeus já avançaram com medidas de preparação civil para situações de crise e Portugal também o deve fazer. A segurança exige preparação.

O que propomos é que Portugal faça essa reflexão estratégica com seriedade, visão de longo prazo e capacidade de adaptação ao novo contexto internacional.

Porque a segurança também exige lucidez, essa reflexão tem de ser feita com responsabilidade e em defesa dos valores democráticos que queremos proteger.

Aplauso do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Deixo uma primeira nota para expressar os sentidos pêsames ao jovem militar, que infelizmente sofreu um acidente e perdeu a vida, e expressar à família as sentidas condolências.

Este diploma traz uma questão essencial, que é a de saber quem decide e quem fiscaliza a defesa nacional.

O que aqui vemos é um passo importante no reforço do papel desta Assembleia. Acho que é positivo que o Parlamento passe a aprovar o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, é positivo que haja mais transparência nas missões militares e mais controlo sobre os investimentos, mas, sejamos claros, reforçar o papel da Assembleia não pode ser apenas formal. Não basta dar competências no papel, é preciso garantir meios, informação atempada e verdadeira capacidade de escrutínio.

Quando falamos de defesa, falamos de decisões críticas, vidas humanas, compromissos internacionais e milhões de euros de investimento público. O Parlamento não pode ser um mero espetador. Tem de ser um verdadeiro garante da transparência, da estratégia e do interesse nacional.

Esse é o desafio e é isso que os portugueses esperam de nós.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por apresentar as condolências do PCP à família do furriel Ismael Lamela.

Aquando da discussão da Lei da Defesa Nacional, há mais de 15 anos, o PCP centrou a sua intervenção em aspetos coincidentes com algumas das preocupações hoje trazidas pelo PS. Aliás, o PS era então Governo com maioria absoluta.

Na altura, o PS não quis entender o poder do Presidente da República. Isto é, o Comandante Supremo das Forças Armadas não pode limitar-se a assistir passivamente às decisões do Governo quanto ao emprego das suas forças. Quanto à subalternização do papel da Assembleia da República, o PS nada teve a dizer há 15 anos, mas queixa-se agora. Bem, mais vale tarde do que nunca. Não é muito democrático os representantes eleitos pelo povo nada poderem dizer sobre investimentos, emprego e missões externas das Forças Armadas.

Quando muito se fala de pactos, é útil sublinhar o pacto implícito, com décadas, entre PS, PSD e CDS, que conduziu as Forças Armadas aos gritantes problemas de que padecem e que tenderam a afastar a Assembleia da República e a governamentalizar o setor.

Essas opções empobreceram o debate sobre a política de defesa e transformaram em mero pró-forma a abordagem a várias matérias. Veja-se a Lei da Programação Militar, aprovada nesta Assembleia, e a panóplia de anúncios que vão saindo sobre reequipamento e sobre milhões.

Protestos do CH.

Longe vai o tempo em que a Assembleia da República discutia.

Deveríamos discutir, por exemplo, a opção por este ou aquele equipamento e não outro, tendo em conta a articulação de todas as prioridades de despesas do País plasmadas na Lei do Orçamento do Estado e as necessidades de equipamento e de modernização das Forças Armadas para o cumprimento da missão que a Constituição lhes atribui — a Constituição e não a União Europeia; a Constituição e não a NATO.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Além das questões centrais no enquadramento, poderes e funções dos órgãos de soberania, à luz do quadro constitucional, há outras importantes alterações a fazer à Lei de Defesa Nacional, sobre questões concretas dos direitos fundamentais dos militares, cidadãos que servem a Pátria nas Forças Armadas.

Quanto às outras iniciativas em debate, designadamente o projeto de resolução do Livre, o PCP reafirma que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional deve ser subordinado aos interesses nacionais e não à loucura belicista da União Europeia e da NATO.

Aplausos do PCP.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Começava também por me solidarizar, acompanhando aquele que tem sido o sentido de pesar em relação à morte do militar, nas circunstâncias trágicas em que ocorreu.

Em relação à proposta que hoje aqui é trazida, nós concordamos que, efetivamente, tem de haver mais transparência na contratação, nomeadamente em matéria de defesa,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é de nada disso que o diploma fala!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … mas há também uma outra dimensão que não podemos esquecer. É que o País tem deixado para trás a adaptação essencial e estrutural das nossas infraestruturas.

Temos um aumento de mais de 25 % no Orçamento do Estado para a defesa, em relação ao ano anterior e ao investimento que tem existido em anos anteriores, sem que, no entanto, isso venha acompanhado do investimento no combate às alterações climáticas e na adaptação do território para o tornar mais resiliente às mesmas, como tem feito, por exemplo, a Alemanha.

Por isso mesmo, o PAN acredita que ainda há um caminho que tem de ser necessariamente feito, na especialidade, que não seja apenas o de estarmos, de forma mais cega, a investir na defesa sem uma estratégia concreta do ponto de vista nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hernâni Dias, do PSD.

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Saúdo o debate hoje promovido, neste Plenário, e as iniciativas legislativas que foram apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares, em torno de uma matéria da maior relevância, que é a defesa nacional e o futuro das nossas Forças Armadas.

Naturalmente, há diferenças entre os diplomas apresentados, e ainda bem que assim é, porque o pluralismo é saudável, e alguns merecem particular atenção. Contudo, importa também dizer com frontalidade que várias destas propostas levantam dúvidas significativas quanto à sua viabilidade prática, à sua utilidade operacional e, em alguns casos, ao risco de excessiva burocratização ou politização de matérias que exigem estabilidade, eficácia e capacidade de decisão.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Em vários aspetos, estamos perante iniciativas mais declarativas do que executivas, que identificam problemas reais, mas que não apresentam soluções suficientemente densificadas, sustentáveis ou compatíveis com a realidade estratégica e operacional das Forças Armadas.

No entanto, o simples facto de este debate de hoje existir já diz muito sobre o caminho que foi percorrido, nos últimos dois anos.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Durante demasiado tempo, a defesa foi remetida para segundo plano, marcada por insuficiência de investimento, degradação das condições de serviço e perda contínua de atratividade das carreiras militares, empurrando o número de efetivos para mínimos históricos.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Foi o Governo da AD que recolocou a defesa nacional no centro das prioridades estratégicas do Estado, e fê-lo com medidas concretas: com o reforço dos efetivos, invertendo a tendência de redução persistente; com a valorização dos recursos humanos; com a revisão de suplementos e incentivos; com a melhoria das condições de recrutamento e retenção; e, sobretudo, com uma visão estratégica que compreende que não há capacidade militar sem pessoas motivadas, valorizadas e devidamente reconhecidas.

Mas o Governo foi mais longe: Portugal antecipou para 2025 o objetivo dos 2 % do PIB em investimento na defesa, assumindo claramente as suas responsabilidades internacionais no quadro da NATO e da União Europeia.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Esta decisão não é apenas financeira; trata-se de uma decisão política e estratégica, que significa credibilidade, significa capacidade de resposta e significa compreender que, afinal, a segurança deixou de ser um dado adquirido.

Também o SAFE (Instrumento de Ação para a Segurança da Europa), com o montante de 5,8 mil milhões de euros, representa uma oportunidade particularmente relevante.

Sr.as e Srs. Deputados, há algo que importa reconhecer: este debate só acontece, porque o Governo da AD devolveu centralidade política à defesa nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi o sucesso das medidas adotadas, a recuperação da confiança nas Forças Armadas…

O Sr. **Luís Dias** (PS): — A sério?!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — … e o novo posicionamento estratégico de Portugal que obrigaram os partidos a olhar novamente para este setor. Isso é, por si só, revelador.

Durante anos, discutiu-se o declínio; hoje, discute-se o futuro, e essa é, também, uma vitória política deste Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Livre, mas não vai ter tempo para esclarecer.

Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, para o efeito, tem a palavra, dispondo de 3 segundos.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, a pergunta é simples: Sr. Deputado Hernâni Dias, concorda o PSD, ou não, que é urgente atualizar o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, à luz da realidade geopolítica de hoje em dia, conforme o Livre veio expor?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Fica a resposta para dar noutra ocasião.

Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de 45 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Fiz, há pouco, um pedido de esclarecimento ao Partido Socialista, porque, de facto, interessava perceber porque é que o Partido Socialista traz esta proposta, neste momento. Sinceramente, acho mesmo que não tem razão para o fazer. Há a questão política de ter passado para a oposição, mas isso é muito pouco para o justificar.

No fundo, o Partido Socialista sabe que não faz sentido trazer para o Parlamento o debate de todo o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Sabe perfeitamente qual é a intervenção que têm as instâncias da defesa, os vários ramos, e sabe que nós discutimos os princípios para haver uma concretização desse mesmo conceito estratégico. Depois, a mesma coisa em relação à lei de efetivos.

Nós não estamos a falar das grandes aquisições ou das grandes reformas nas infraestruturas, como falamos na LPM (Lei de Programação Militar) ou na LIM (Lei de Infraestruturas Militares). Estamos a falar do próprio contingente de cada um dos ramos, e não faz sentido nenhum ser a Assembleia da República. Era a mesma coisa que os quadros de pessoal dos ministérios virem agora para a Assembleia da República. Não faz sentido!

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não leste o diploma! Não podes ter lido, se foi isso que percebeste!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Li, li!

O Sr. **Presidente**: — Agora, para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O projeto de lei aqui trazido pelo Partido Socialista visa três aspetos fundamentais.

Em primeiro lugar, visa aproximar a governação da visão dos portugueses, em nós representados, criando consensos políticos e mecanismos de cooperação que alavanquem a política de defesa a médio e a longo prazo.

Em segundo lugar, visa dar ao Parlamento mais acesso à informação, mas, acima de tudo, maior amplitude no debate democrático, com vista ao fortalecimento das decisões a médio e a longo prazo.

Em terceiro lugar, visa uma maior previsibilidade na gestão dos recursos mais importantes das Forças Armadas: os nossos militares.

Para que fique claro, nós conhecemos bem as funções de cada órgão político e não nos queremos substituir ao Governo na sua missão executiva,…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Querem, querem!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — … mas queremos aumentar o acesso do Parlamento à informação e valorizar a tutela das Forças Armadas pelo poder político.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Queremos influenciar positivamente a ação de planeamento e de definição estratégica das políticas de defesa, deixando ao Governo aquilo que é do Governo: a execução.

Estamos, obviamente, disponíveis para acolher, em sede de especialidade, os contributos de todos, para melhorar este diploma, que esperamos ver aprovado, porque a defesa nacional importa a todos e merece que ultrapassemos as nossas divergências para encontrar caminhos comuns ao serviço das Forças Armadas Portuguesas e de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, terminam os nossos trabalhos.

A próxima sessão é amanhã, começa às 10 horas e a ordem do dia já se encontra distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Boa noite e até amanhã.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.